

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: DISCURSOS SOBRE O PLANEJAMENTO
FAMILIAR NO ESPAÇO URBANO**

CLEUNICE VAZ

GUARAPUAVA, FEVEREIRO DE 2015.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: DISCURSOS SOBRE O PLANEJAMENTO
FAMILIAR NO ESPAÇO URBANO**

Dissertação apresentada por CLEUNICE VAZ, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Interfaces entre língua e literatura, da UNICENTRO, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras.

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. CÉLIA BASSUMA
FERNANDES.**

GUARAPUAVA, FEVEREIRO DE 2015.

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

V393e	<p>Vaz, Cleunice</p> <p>Entre o público e o privado: discursos sobre o planejamento familiar no espaço urbano / Cleunice Vaz.- Guarapuava: Unicentro, 2015. x, 83 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração: Interfaces Entre Língua e Literatura.</p> <p>Orientadora: Profª. Drª. Célia Bassuma Fernandes; Banca examinadora: Profª. Drª. Gesualda de Lurdes dos Santos Rasia, Profª. Drª. Denise Gabriel Witzel, Profª. Drª Luciane Baretta.</p> <p>Bibliografia</p> <p>1. Análise de Discurso. 2. Planejamento Familiar. 3. Língua de Vento. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Letras.</p> <p>CDD 20. ed. 801.95</p>
-------	---



Universidade Estadual do Centro-Oeste


Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEUNICE VAZ

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: DISCURSOS SOBRE O PLANEJAMENTO FAMILIAR NO ESPAÇO URBANO

Dissertação aprovada em 25/02/2015 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Interfaces entre Língua e Literatura, pela seguinte Banca Examinadora:


Prof. Dra. Célia Bassuma Fernandes – Orientadora

(UNICENTRO)

Presidente


Prof. Dra. Gesualda de Lurdes dos Santos Rasia

(UFPR)

Membro


Prof. Dra. Denise Gabriel Witzel

(UNICENTRO)

Membro

GUARAPUAVA-PR

2015

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875 – Cx. Postal 3010 – Fone: (42) 3621-1000 – FAX: (42) 3621-1090 – CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA – PR

Campus CEDETEG: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Fone/FAX: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-080 – GUARAPUAVA – PR
Campus de Irati: PR 153 – Km 07 – Ríozinho – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000 – FAX: (42) 3421-3067 – CEP 84.500-000 – IRATI – PR

Dedico este trabalho, com todo o carinho, a minha família: Pai, Mãe, irmãos (ãs), Sogra, sogro, esposo e filhos.

E à Professora Dr^a. Célia Bassuma Fernandes, minha incansável orientadora, e demais amigos do curso de Mestrado em Letras da UNICENTRO, ano de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, por essa oportunidade. Aos meus familiares que pacientemente estiveram comigo e apesar das inúmeras dificuldades, sempre me estimularam a continuar. Um agradecimento afetivo e especial fica reservado à professora Dr^a. Célia, minha estimada orientadora nesse caminho, que muito me auxiliou no desenvolvimento deste trabalho, por todo o seu companheirismo, atenção, compreensão, carinho e amizade, sempre a mim dedicados em todos os momentos.

Muito Obrigada, professora Dr^a. Célia Bassuma Fernandes!

À Professora Dr^a. Gesualda dos Santos Rasia, por ter deixado os seus compromissos para fazer a leitura do texto e pela participação na banca avaliadora desta dissertação, contribuindo de forma significativa para a sua finalização. À Professora Dr^a. Denise Gabriel Witzel pela participação na banca de qualificação e defesa, especialmente pela dedicada leitura e apontamentos delimitados no texto para sua melhor elaboração e conclusão.

À Lucimara Cristina de Castro, à Veronice Wamms, amigas queridas que conheci! E demais colegas do Mestrado, pelo companheirismo vivido e pelos momentos que partilhamos ao longo deste período acadêmico, tanto no decorrer das aulas quanto em nossa participação em eventos científicos, quando dividimos ansiedades e sonhos.

Às minhas colegas de trabalho que sempre me incentivaram a continuar, aos meus familiares, professores e amigos, enfim, muito obrigada a todos!!!

Não sou eu como indivíduo que formo família, mas é a família e as relações que se fazem por meio dela que me legitimam como membro daquele espaço social. É a relação que me transforma de indivíduo em pessoa.

(Roberto Da Matta)

VAZ, Cleunice. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: DISCURSOS SOBRE O PLANEJAMENTO FAMILIAR NO ESPAÇO URBANO. (83 f). Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orientadora: Dr^a Célia Bassuma Fernandes. Guarapuava, 2015.

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido de acordo com os aportes teóricos e metodológicos da Análise de Discurso pecheutiana e teve como objeto de estudo o planejamento familiar. Perpassada por discursos que vêm de vários domínios, discursivamente, tomamos a família como uma instituição política, que habita o espaço urbano e não está isenta das regulações do Estado, que, por meio da Língua de Vento, influencia e determina as condições de existência dessa instituição secular. O corpus foi composto por seis materialidades que fizeram parte das Campanhas do Planejamento Familiar promovidas pelo Governo Federal e tuteladas pelo Ministério da Saúde, no início do século XXI, e, produziram o efeito de sentido ora de alerta (necessidade de planejar quantos e quando ter filhos), ora de ameaça (convocando o sujeito-adolescente, os profissionais da saúde e os casais, e mais especificamente, o sujeito-feminino, sobre os prejuízos de uma gravidez indesejada). Irrrompe nas materialidades selecionadas, o discurso autoritário, pois o Governo/Ministério da Saúde apaga sua relação com o interlocutor (sujeito/família), determinando com veemência o que ele deve/não deve fazer para planejar a família e evitar a gravidez, além de discursos assistencialistas, que colocam o Estado na posição do benfeitor, daquele que protege e provê o sujeito dos direitos e recursos necessários para uma boa qualidade de vida, e que, portanto, sabe o que é/não é bom para ela. Há então, uma tensão contraditória entre democracia (respeito à decisão do sujeito) e autoritarismo (uso do imperativo) nas materialidades analisadas. Atestamos assim, que o eixo do público (rua) atravessa o eixo do privado (casa), produzindo o consenso, que sustenta as políticas públicas, nas sociedades contemporâneas ditas democráticas e que, por meio da Língua Vento, o Estado age sobre as “massas”, simulando o real, individua(liza)ndo o sujeito por meio das instituições e de discursos. Dizendo de outro modo, a família sofre a regulação e a interferência do Estado, que busca controlar o espaço urbano e submete-se às práticas exigidas pelo órgão-gestor, em detrimento dos anseios e interesses particulares e continuam faltando serviços públicos de qualidade.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Planejamento familiar. Língua de Vento.

BETWEEN THE PUBLIC AND PRIVATE: SPEECH ABOUT THE FAMILIAR PLANNING IN THE URBAN SPACE. (83 f.) DISSERTATION (MASTER'S DEGREE) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. PRECEPTOR: DR^a Célia Bassuma Fernandes. Guarapuava, 2015.

ABSTRACT

The present work was developed according to the theoretical and methodological contribution of the Analysis of the Speech pecheutiana and had by study object the family planning. Passed by speeches that come from several domains, speechly, we took the family as a political institution, that dwells the urban space and that is not exempt of the State regulations, that by the Wind Language, influences and determines the existential conditions of this secular institution. The corpus was compound by six materialities that made part from the Campaigns of Family Planning promoted by the Central Government and tutored by the Health Department, in the beginning of the XXI century, and produced the effect of the sense, sometimes of alert (need to planning how many and when to have children), sometimes of threat (calling the character-teenager, the health professionals and the couples, and more specifically, the character-female, about the losses from an undesired pregnancy). Burst into the selected materialities, the authoritarian speech, for the Government/Health Department deletes his connection with the speaker (character/family), ordering very strongly what he should/should not do to plan the family and avert the pregnancy, besides the assistant speeches, that place the State in the position of the benefactor, who protects and provides to the character the rights and resources necessary to a good quality of life, and, therefore, knows what is/is not good to him. Then, there is a contradictory tension between democracy (respect to the character decision) and authoritarianism (the use of the imperative) in the analysed materialities. So we certified that the axle of the public (street) crosses the axle of the private (house), producing the consensus, that support the public politics, in the contemporary societies called democratic and that, by means of the Wind Language, the State acts on the "masses", feigning the real, individualizing the character by means of the institutions and speeches. Saying in the other way, the family suffers the regulation and the interference of the State, that searches to control the urban space and submit itself to the practices demanded by the government, to the detriment of the wishes and particular interests and continue lacking good public services.

Key-words: Speech Analysis. Family Planning. Wind Language.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Texto-imagem 1.....	47
Texto-imagem 2.....	52
Texto-imagem 3.....	55
Texto-imagem 4.....	57
Texto-imagem 5.....	67
Texto-imagem 6.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	19
SITUANDO O PLANEJAMENTO FAMILIAR NA/PELA HISTÓRIA E ENTRELACANDO CONCEITOS.....	19
1.1 O planejamento familiar na/pela história.....	20
1.2 Sobre a interpelação do sujeito.....	25
1.3 Sobre o interdiscurso ou memória discursiva.....	28
1.4 Sobre o funcionamento discursivo da imagem.....	30
CAPÍTULO II.....	34
ESPAÇO URBANO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS.....	34
2.1 A sobredeterminação da cidade pelo urbano: alguns elementos estruturantes.....	34
2.2 Sobre os sentidos de <i>casa</i> e de <i>rua</i>	38
2.3. Sobre como o público invade o privado: a tenacidade e a fluidez da língua de vento.....	41
2.4 Sobre as políticas públicas e a formação do consenso.....	43
CAPÍTULO III.....	46
GESTO ANALÍTICO.....	46
3.1 Ter ou não ter filhos?.....	46
3.2 Gravidez não desejada.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

INTRODUÇÃO

Em 2009, fui mãe pela terceira vez e me deparei com uma situação inusitada, no momento em que recebia a visita do obstetra que faria o parto cesariano em um hospital mantido pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Ele olhou para mim e disse: “Esse é o terceiro? Mas vamos parar por aí! Você já deu sua contribuição para a preservação da humanidade!” Fiquei constrangida e respondi que meu esposo havia feito vasectomia no decorrer de minha gravidez. Então, ele questionou: “E se você trocar de parceiro?” Senti um “soco no estômago”, e disse: - Se isso acontecer, eu penso no que fazer. Ele ainda insistiu dizendo: “Por uma quarta cesariana, eu não me responsabilizo, pois os riscos são elevados e você pense bem...”

Somente com esse “discurso” entre o profissional de saúde e eu, como paciente pude perceber o quanto essas relações são conflituosas e ainda, como o discurso da anticoncepção se faz presente de maneira autoritária, invadindo por vezes, de forma grosseira, a vida do sujeito e da família.

Quando tive a oportunidade de realizar este estudo na área da Análise de Discurso, analisando questões referentes à língua bem como à exterioridade constitutiva do discurso, compreendi que a família, enquanto instituição privada e ideologicamente marcada, é um dos palcos onde discursos provenientes de vários campos do saber circulam, produzindo efeitos de sentido entre os sujeitos.

Contudo, pela teoria na qual nos inscrevemos, os sentidos se modificam constantemente conforme as circunstâncias da enunciação do discurso e o sujeito que o produz. Nessa abordagem, torna-se necessário compreender como essa instituição política foi interpelada ao longo dos tempos por discursos que vêm do domínio da religião, da medicina, do jurídico, da economia, dentre outros, no que se refere ao planejamento familiar.

Por esse viés, também o Estado, como organizador e administrador do espaço urbano, “individua/liza o sujeito (família), pelas instituições e pelos discursos” (ORLANDI, 2012, p. 202), fazendo com que ela se inscreva em dadas formações discursivas e, portanto, se identifique com certos sentidos e não outros. Sustentado no aparato ideológico jurídico, o Estado faz circular discursos cujos sentidos soam como evidentes, produzindo o efeito de que aquilo que é dito é verdade, pois eles representam o “pensamento do Estado” (ORLANDI, 2002, p.125). Por meio de propagandas governamentais (Língua de Vento), o Estado “age” sobre as massas,

invadindo o domínio da casa ou do privado, assujeitando o sujeito, submetendo-o a normas, a regras e leis, embora ele (o sujeito) tenha a ilusão de ser livre. Nesse sentido, podemos mencionar as campanhas de vacinação, de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, de amamentação, entre tantas outras, que por meio dos discursos produzem o efeito de que esses são problemas de ordem pública e, por isso, necessitam de intervenção, e assim, vão dizendo o que o sujeito deve ou não deve fazer com relação aos filhos e à sua sexualidade.

Desse modo, para compreender como o Estado vem interferindo no domínio da casa ou do privado é necessário pensar em como a família foi se modificando e gerenciando as questões relativas à sexualidade (gravidez na adolescência, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar, entre outros), ao cuidado e à educação dos filhos (aleitamento materno, vacinação, obrigatoriedade da escola, etc.), as quais, no Brasil, após a Revolução Industrial passaram a fazer parte do domínio do público. Nesse contexto, convém salientar que tomamos a história não como sucessão de fatos cronológicos, mas como elemento necessário para compreender o processo de constituição dos discursos, bem como dos sentidos, uma vez que para a abordagem teórica na qual nos inscrevemos é pelo discurso que a língua deixa de ser apenas evolução.

É consenso afirmar que a família possui, entre outras funções, a de garantir a reprodução biológica e ideológica. Cabe lembrar que ao lançarmos um olhar sobre a história, veremos que até por volta da II Guerra Mundial, as políticas públicas incentivavam a natalidade, por meio da omissão dos conhecimentos relativos ao planejamento familiar e/ou incentivando nascimentos por meio de benefícios indiretos, favorecendo desse modo, a existência de famílias com grande número de dependentes.

Apesar de acreditarmos que os sentidos não têm origem, localizamos a história das políticas acerca do Planejamento Familiar logo após a Segunda Guerra Mundial, época em que o debate sobre essa questão se reduzia a duas linhas de pensamento que se contrapunham. De um lado, estavam os chamados pessimistas, que seguindo a tradição malthusiana¹, entendiam que a população crescia muito

¹ Malthusianismo: Criada por Tomas Robert Malthus (1766-1834), economista e demógrafo inglês, foi a primeira teoria populacional a relacionar o crescimento da população com a fome, afirmando a tendência do crescimento populacional em progressão geométrica, e do crescimento da oferta de alimentos em progressão aritmética. Durante os séculos XVIII e XIX, houve um acentuado crescimento demográfico devido à consolidação

rapidamente em relação aos recursos de sobrevivência disponíveis e, em consequência disso, tornava-se a longo prazo um impedimento ao crescimento econômico. De outro, estavam os otimistas, os quais acreditavam que o crescimento populacional, estimularia o consumo e a mão de obra necessária ao crescimento econômico. Ademais, nos países geograficamente muito grandes, com baixa densidade demográfica, o crescimento populacional poderia, eventualmente, assegurar condições à ocupação e à proteção do território.

Isso implica dizer que os debates sobre população e economia sempre estiveram intimamente ligados, porque se acredita que o aumento desenfreado da natalidade faz aumentar a pobreza, uma vez que com a mesma renda, as famílias com número maior de crianças consomem mais e não poupam, ao passo que aquelas que têm menor número de filhos consumiriam menos e poupariam mais.

As implicações para a implementação das políticas públicas decorrentes dessa interpretação foram diretas, dadas as proporções externas e negativas resultantes da manutenção de um tamanho maior de família, sendo necessário criar políticas de planejamento familiar a fim de promover o controle da natalidade. Essa orientação de política pública passou a ter vasta aceitação e foi, em certa medida, incorporada aos programas de ajuda aos países em desenvolvimento, inclusive, no Brasil.

O fato é que com a emergência de discursos acerca dos direitos reprodutivos, a ideia, antes de controle, passa a ser de planejamento com participação efetiva da mulher. Na década de 1960, a mulher lutava por sua emancipação, embora ainda fosse “[...] altamente desejável que se a mulher se casasse, tivesse filhos e pudesse se dedicar integralmente à família depois de casada” (SCOTT, 2012, p.24), ou seja, casamento e procriação continuavam sendo o destino da mulher.

No Brasil, conforme Fernandes (2012, p. 67), a história da família se confunde com a da colonização portuguesa, a qual só era designada de “família” quando constituída por meio do casamento legal entre um homem e uma mulher. Isso porque, assim como no modelo europeu, o homem ocupava o lugar de provedor da

do capitalismo e à Revolução Industrial que proporcionou a elevação da produção de alimentos nos países em processo de industrialização, diminuindo a taxa de mortalidade (principalmente na Europa e nos EUA), e fazendo com que os índices de crescimento da população subissem. (Fonte: Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/teoria-populacional-malthusiana/> Acesso em 10/01/2015).

casa e a mulher o de “rainha do lar”, além de mera parideira. Os casais podiam ter quantos filhos quisessem sem se importar com questões de planejamento familiar, porque o discurso religioso “Crescei e Multiplicai-vos” imperava sobre as classes sociais existentes. Soma-se a isso, o fato de que o país precisava de mão de obra nas lavouras de café e mais tarde, para alavancar o desenvolvimento industrial.

Com o passar do tempo e o surgimento de tecnologias que auxiliam o trabalho na agricultura, as lutas feministas da década de 60, as preocupações com as altas taxas de natalidade e, conseqüentemente, o aumento da pobreza, o planejamento familiar se tornou uma preocupação que rompe o domínio do privado e configura-se como uma questão de ordem pública. No que tange aos direitos reprodutivos, chegavam ao Brasil, as pílulas anticoncepcionais que eram livremente comercializadas em todo país. Esse fato passa a ser associado às ideias feministas de liberdade e de igualdade entre os sexos, ampliando as possibilidades de o sujeito feminino decidir se queria ter filhos e, caso fosse essa a decisão, a mulher poderia decidir sobre quantos filhos desejava ter.

Surgem então, na década de 1970, políticas públicas que incentivam o planejamento familiar, compreendido pela BEMFAM², como sendo o exercício da "paternidade responsável", ou seja, como a utilização voluntária e consciente por parte do casal do instrumento necessário à planificação do número de filhos, bem como do espaçamento entre uma gestação e outra. Com o intuito de alcançar o objetivo, os contraceptivos se tornaram acessíveis às famílias brasileiras mais carentes, pois nesse contexto, se acreditava que as mulheres da classe média e alta já dispunham de recursos e informações para evitar uma gravidez indesejada.

Contudo, para que essa política não fosse confundida com controle de natalidade, o ponto principal passa a ser o desenvolvimento de políticas públicas que defendessem os direitos reprodutivos. A ideia ganhou força no Brasil basicamente no final do século XX, após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), realizada no Cairo, Egito, de 5 a 13 de setembro de 1994, contando com a participação de 179 países, entre eles, o Brasil.

²Organização não governamental, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, pioneira na área de planejamento familiar no Brasil. Sediada no Rio de Janeiro, desenvolve atividades voltadas para a promoção da assistência social básica e especial, para a defesa e promoção dos direitos sociais, socioambientais, sexuais e reprodutivos, individuais e coletivos.

Dessa forma, a CIPD pode ser considerada um marco histórico na trajetória da formação de consenso em políticas públicas mundiais, por abordar aspectos da vida humana de forma abrangente e por representar a aspiração da maioria dos governantes nas decisões tomadas no evento. É a partir dessa Conferência que novos debates acontecem, e impulsionados pela necessidade de cumprir o Plano de Ação proposto pela CIPD, os representantes de todos os países criam uma agenda de compromissos comuns a fim de melhorar a vida dos sujeitos.

Assim, por meio da promoção dos direitos humanos, da dignidade, do apoio ao planejamento familiar, da saúde sexual e reprodutiva, da igualdade de gênero, do acesso à educação para as meninas, eliminação da violência contra as mulheres, além de questões relativas à população e à proteção do meio ambiente buscou-se “garantir” uma vida mais saudável às famílias.

Diante disso, o que nos interessa com relação à CIPD é tomá-la como desencadeadora de discursos em prol dos direitos reprodutivos – planejamento familiar. Vale dizer que tais discursos eram por vezes adormecidos ou silenciados numa sociedade altamente conservadora, atravessada por discursos morais, em que se evitava tratar de assuntos referentes à sexualidade, sob a pena de transgredir os valores básicos da sustentação da força patriarcal dentro da instituição familiar.

Em decorrência das discussões realizadas na CIPD, em 12 de janeiro de 1996, é aprovada a Lei nº 9.263 sobre o Planejamento Familiar, com base no parágrafo 7º, do art. 226, da Constituição Federal, que busca proteger a saúde da mulher, mantendo e assegurando os princípios da dignidade humana. A partir de então, o Planejamento Familiar passou a ser considerado um direito humano básico, declarado e reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). No capítulo 1º, Art. 2º, a Lei apregoa que o Planejamento Familiar “[...] é o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”. No art. 9º, a mesma lei assegura que “[...] para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos de concepção e contracepção aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção”.

Com base nisso, pretendemos verificar como o planejamento familiar foi discursivizado nas campanhas promovidas pelo Governo Federal, no início do século XXI, nas propagandas governamentais tuteladas pelo Ministério da Saúde. Sabe-se que o objetivo desse órgão governamental é proteger, manter e/ou

recuperar a saúde da população, de modo a reduzir as enfermidades, controlar as doenças endêmicas e parasitárias, promovendo maior e melhor qualidade de vida ao cidadão brasileiro. Tem por objetivo ainda, garantir o direito ao atendimento a todos os cidadãos brasileiros, oferecendo condições para que esteja ao alcance de todos, independentemente da condição social de cada um³. Portanto, é da sua competência, entre outras, desenvolver uma política nacional de saúde a fim de propor ações preventivas em geral à população.

Dessa forma, pretendemos investigar como o público invade o domínio do privado, isto é, como as relações de força que se estabelecem entre a casa e a rua – elementos organizadores das relações sócio-históricas no espaço urbano – delimitam o modo de existência dos sujeitos e acabam por determinar a constituição familiar. Pensando assim, a questão de pesquisa que nos move é: Como o planejamento familiar foi discursivizado nas campanhas do Ministério da Saúde no início do século XXI, e quais efeitos de sentidos irrompem do imbricamento do verbal e do não-verbal nas materialidades selecionadas?

Contudo, não nos interessa compreender como isso ocorre nas novas estruturas familiares, tão em voga ultimamente, mas apenas o funcionamento da família designada como “tradicional”, “nuclear” ou “elementar”, formada por sujeitos que ocupam o lugar de pai, mãe e filhos. Para tanto, sob o viés discursivo, tomamos a família como uma instituição política privada, formada por sujeitos unidos por um grau de parentesco ou de afetividade, que (con)vivem no espaço urbano.

O *corpus* de análise foi constituído por seis materialidades que circularam no início do século XXI, época em que o Brasil tinha como presidente, Luis Inácio Lula da Silva, primeiro presidente de um partido de esquerda (Partido dos Trabalhadores) eleito democraticamente. Esse governo era aguardado com grande expectativa pela maioria do povo brasileiro, visto que em 500 anos de história, era a primeira vez que um representante da classe trabalhadora chegava ao Palácio do Planalto.

Uma das primeiras medidas desse governo foi lançar o Programa Fome Zero, com o objetivo de combater a fome, a desnutrição e a pobreza. Foram implementadas também, políticas públicas de grande alcance social, dentre elas, a do Planejamento Familiar (objeto deste estudo), e que tinha por finalidade

³ Informações disponíveis em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/estrutura-e-competencias>. Acesso em 12/09/2014.

reduzir/espáçar o número de nascimentos de crianças, por família, em especial, naquelas pertencentes às classes menos abastadas economicamente.

Conforme já afirmamos, as materialidades em análise foram desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com o Ministério da Saúde, que para fins de análise, foram divididas em dois grupos. No primeiro grupo, selecionamos propagandas nas quais circulam discursos sobre a decisão de ter ou não filhos, sendo supostamente dirigidas ao sujeito-feminino. A primeira delas, além do Governo Federal e do Ministério da Saúde, é também assinada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e pelo Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal; a segunda, assinada apenas pelo Ministério da Saúde. A última materialidade desse grupo apresenta o logo da Farmácia Popular, e provavelmente, faz parte da campanha lançada em 2004, pelo Governo Federal.

O segundo grupo é composto por três materialidades que abordam o tema pelo viés do indesejado, são propagandas de onde emergem discursos sobre a falta de planejamento e sobre a gravidez na adolescência. A quarta e a quinta materialidade são dirigidas diretamente ao sujeito feminino-adolescente, que supostamente circularam em 2006 (uma delas em 2008). A materialidade 6, por sua vez, é voltada aos profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, agentes de saúde, gestores do SUS), isto é, àqueles que estariam na “linha de frente” no combate à gravidez na adolescência, circulando no ano de 2008 como parte da Campanha “Se cuide filho não é brincadeira”, foi produzida por ocasião da comemoração dos vinte anos de implantação do SUS (Sistema Único de Saúde). Dessas propagandas emergem discursos sobre a gravidez não desejada pelo casal.

Cabe salientar ainda, que as materialidades selecionadas são constituídas não apenas pela linguagem verbal, mas também pela não-verbal. Por acreditarmos que a imagem não é um objeto empírico, mas que constitui significados e efeitos de sentido, visto que é o lugar onde os discursos se materializam, as designamos como textos-imagem, lugares de onde irrompem discursos. Para compreender como funcionam as unidades menores que compõem os textos-imagem, respaldamo-nos em Venturini (2009, p.131), que designa como “enunciado-imagem” aquilo que significa antes em outro lugar, e que irrompe no eixo da formulação, atualizando os sentidos. Para a autora, assim como o verbal, os enunciados-imagem funcionam

pelo trabalho da memória discursiva, atualizando e ressignificando as imagens já vistas antes, em outro lugar sócio-historicamente constituído.

Para dar conta dos enunciados verbais, mobilizamos o conceito de sequência discursiva (SD), compreendido por Courtine (2009, p. 55) como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” e que conforme o autor, “é uma noção vaga”, porque sua constituição depende dos objetivos a serem alcançados na investigação, bem como dos recortes efetivados. Neste trabalho, as SDs – numeradas em ordem crescente desde o primeiro texto-imagem até o último (Texto-imagem 1 ao Texto-imagem 6) – não equivalem a frases demarcadas por sinais de pontuação, mas aos enunciados que significam e produzem efeitos de sentido por estarem filiados a formações discursivas.

Esses efeitos de sentido ressoam pelo funcionamento da memória discursiva e do interdiscurso (outras sequências que intervêm para constituí-los e orientá-los). Isso ocorre porque os funcionamentos sintáticos não se limitam às fronteiras da frase, mas se estendem à heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas. Por esse viés, analisamos uma SD na sua relação com o exterior (pré-construídos, já-ditos e não-ditos), bem como em relação à alteridade discursiva com que ela se defronta pela presença do interdiscurso que afeta a formulação do enunciado.

A fim de sustentar as análises, nos embasamos na teoria do discurso fundada por Pêcheux e expandida por Orlandi no Brasil e por outros pesquisadores que a ela se ligam. Assim sendo, mobilizamos os conceitos de espaço urbano, de sujeito, de memória discursiva e interdiscurso, de formação discursiva (FD) e de formação ideológica (FI), bem como aqueles que com estes estabelecem redes, uma vez que no arcabouço teórico da AD, os conceitos não funcionam de forma isolada, mas se entrecruzam, entrelaçando-se.

Para dar conta desses objetivos, dividimos o trabalho em três capítulos. No Capítulo I, traçamos um panorama sobre o Planejamento Familiar ao longo dos tempos, com base em Ariès (1986), Durham (1983), Scott (2012) e Diniz (2012), e retomamos alguns conceitos da Análise de Discurso que embasaram as análises das materialidades selecionadas. A partir disso, discutimos a noção de sujeito para a teoria discursiva, a fim de compreendermos como se deu o processo de interpelação, bem como a identificação/contratidentificação ou desidentificação desse sujeito em dadas FDs, sob o respaldo de Pêcheux (2009; 2007; 1993), Orlandi

(2010) e Indurski (2008). Por fim, abordamos a noção de interdiscurso/memória discursiva, tal como desenvolvida por Pêcheux (2012; 2009; 2007), Courtine (2009) e Orlandi (2010).

No segundo capítulo, discutimos o processo de constituição dos sentidos no espaço urbano, e a sobreposição do urbano sobre a cidade, apoiando-nos nos estudos de Orlandi (2004; 2001) e Venturini (2009). Apresentamos também, alguns elementos estruturantes do espaço urbano, como a *ordem*, a *organização* e a *quantidade*. Abordamos ainda, os conceitos de *casa* e de *rua*, pelo viés da Antropologia, conforme DaMatta (1999), da Sociologia, Sennet (1989) e da História, Ariès (1986), buscando entender as relações de sentido existentes entre o público e o privado, bem como os deslocamentos feitos por Orlandi (2004; 2001).

Além disso, discutimos como a Língua de Estado, por meio da Língua de Vento Pêcheux (2011) e Orlandi (2012), individualiza o sujeito, isto é, “age” sobre a família, dissimulando o seu real, a fim de atingir seus objetivos. Por fim, investigamos como se dá a formação do consenso nas políticas públicas do planejamento familiar no Brasil, que assujeitam o sujeito/a família, submetendo-o a normas, a regras e leis, embora ele (o sujeito) tenha a ilusão de ser livre para fazer e dizer o que quer.

Para isso, nos respaldamos em Orlandi (2012; 2010). No último capítulo, procedemos às análises discursivas, verificando como o planejamento familiar foi discursivizado nas campanhas do Ministério da Saúde e quais efeitos de sentido irrompem do imbricamento do verbal e do não verbal nas materialidades selecionadas.

CAPÍTULO I

SITUANDO O PLANEJAMENTO FAMILIAR NA/PELA HISTÓRIA E ENTRELAÇANDO CONCEITOS

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama sobre o Planejamento Familiar ao longo dos tempos, embora o que nos interesse não seja o rastreamento de dados históricos, mas a historicidade do discurso. Nesse aspecto, apresentamos alguns conceitos da Análise de Discurso, tal como fundada por Michel Pêcheux, que sustentarão as análises empreendidas no último capítulo. Desse modo, em 1.1, com base em Ariès (1986), Durham (1983), Scott (2012) e Diniz (2012), definimos “família” e lançamos um olhar sobre as relações que se estabeleciam no seu interior, bem como procuramos compreender como essa instituição “gerenciava” o nascimento dos filhos. Por fim, tomamos a família como instituição política inserida no espaço urbano, sujeita às sanções, coerções, proibições e regulações do Estado.

Em 1.2, discutimos a noção de sujeito para a teoria discursiva, a fim de compreender como se deu o processo de interpelação, bem como a identificação/contratificação ou desidentificação desse sujeito em dadas FDs. Para isso, embasamo-nos em Pêcheux (2009; 2007; 1993), Orlandi (2010) e Indurski (2008). Em 1.3, abordamos a noção de interdiscurso/memória discursiva, tal como desenvolvida por Pêcheux (2012; 2009; 2007), Courtine (2009) e Orlandi (2010), tendo em vista que é por meio dessa noção que o sujeito inscreve o seu dizer em determinada formação discursiva, na ilusão de dissimular a objetividade material das palavras. Em 1.4, embasando-nos no aporte teórico de Orlandi (2001b) e Lagazzi (2009), tratamos do imbricamento do verbal e do não verbal, entendendo que a imagem pode ser tomada como acontecimento discursivo, na medida em que ela resulta do entrecruzamento de uma memória e de uma atualidade, conforme Pêcheux (2012; 2007), Courtine (1999) e Ferreira (2001), ou como repetibilidade, atualizando os já-vistos no fio do discurso.

1.1 O Planejamento Familiar na/pela história

Para a maioria dos antropólogos, a organização familiar constitui um fenômeno universal presente em todas as sociedades, com uma ampla gama de costumes educacionais e sexuais. Ela pode ter início no casamento (civil ou religioso), em que a partir de um laço legal pode assegurar direitos, impondo obrigações econômicas e religiosas por meio de regras e sanções que variam de acordo com o espaço e com a posição-sujeito ocupada na hierarquia social/familiar.

Segundo Durham (1983, p. 26), as famílias “são constituídas por pessoas que mantêm entre si, relações de aliança, descendência e consanguinidade, mas não são, necessariamente, as unidades básicas de parentesco”. Ainda segundo o autor, o compromisso de cada membro para com os outros na constituição de uma família, se sobrepõe à livre escolha, pois há regras sociais que precisam/devem ser seguidas.

Por ter entre suas atribuições a procriação, a família precisa gerar bens para poder consumir e garantir a sobrevivência de seus membros, constituindo em função disso um “local privilegiado da incidência dos princípios universais da divisão do trabalho, em função dos quais, se determina em grande parte, o grau de autonomia ou de subordinação das mulheres” (DURHAM, 1983, p.27). Nesse ponto, cabe dizer que elas eram e continuam sendo as responsáveis também pelo orçamento doméstico e econômico na formação da família, fato que vem a produzir determinações nos discursos sobre a maternidade.

Na Idade Média, a instituição familiar era entendida como uma empresa, na qual o pai era o “patrão”, a quem cabia administrar os bens materiais, e à mãe e aos filhos cabia o lugar de “empregados”. Os casamentos eram “arranjados”, pois era preciso assegurar a indivisão das terras, e como não existia afetividade, as crianças eram confiadas às amas de leite e preparadas para ajudar no trabalho no campo e dentro da casa.

Nessa época, a expectativa em relação às crianças girava em torno da sua capacidade para o trabalho, tanto que elas viviam com a família até aproximadamente a idade de nove anos, quando eram enviados a outras famílias, para que com elas aprendessem boas maneiras e/ou uma profissão.

Com o processo de industrialização, os adultos deixaram de trabalhar em casa e não era mais possível ensinar às crianças um ofício (ARIÈS, 1986). Nessa

época, a escola passa a desempenhar um papel importante, pois a ela era delegada a tarefa de ensinar as regras do convívio em sociedade, e à família cabia alimentá-las e vesti-las. Desse modo, a prosperidade dos bens e do nome ainda era medida pela quantidade de filhos nascidos no interior de cada família. Entretanto, os casais não tinham mais do que cinco ou seis filhos vivos, devido a fatores relacionados à idade tardia com que as mulheres se casavam, à alta taxa de mortalidade (principalmente de mulheres que morriam em trabalho de parto) e à falta da prática da amamentação (ARIÈS, 1986, p.249). Nesse contexto, era urgente cuidar das crianças nascidas para que houvesse mão de obra e mais riquezas.

Este cenário se estendeu até o final do século XX, quando o aumento da produtividade agrícola e o maior intervalo entre as epidemias permitiu esperar que de três crianças nascidas vivas, duas chegassem à idade adulta. Não havia, portanto, nenhuma preocupação com o planejamento familiar e com a contracepção, que era considerada pecado mortal, passível de ser punido com rigor maior do que a sedução de uma virgem, o estupro, o incesto ou até mesmo o sacrilégio, visto que a finalidade do ato sexual era a reprodução e não o prazer.

Já no decorrer do século XX, os sujeitos passam a escolher os cônjuges, dando fim aos casamentos “arranjados”, decididos pela vontade dos patriarcas e segundo interesses coletivos das famílias. O amor romântico ganha relevância dentro do casamento sendo reconhecido pelo Estado e pela igreja, e o discurso de médicos e de higienistas passa a enfatizar a separação entre “sexo e amor”, defendendo a integração entre ambos como a forma mais saudável de relacionamento. A partir daí, a regulação da fecundidade, que não significava a negação da maternidade, deixa de ser coletiva e passa a ser individual, pois cada casal devia decidir sobre o número de filhos que desejava ter. Conforme Ariès (1986, p.251),

O uso de métodos anticoncepcionais (DIU, preservativos, coito interrompido, ligadura de trompas, pílula, entre outros) não significa a negação da maternidade, mas a possibilidade de planejar a época do nascimento, principalmente quando se tratava de profissionais liberais com segundo grau completo ou mais.

Os costumes se modificaram e os casais passaram a se preocupar com o planejamento familiar, e assim, outras questões como o controle da natalidade e as consequências nefastas da gravidez indesejada tornaram-se pertinentes à

sociedade. No entanto, segundo Scott (2012, p.17), esse novo modelo de família “[...] manteve a mesma hierarquia com relação aos papéis masculinos e femininos, com o homem à cabeça da casa e da família e a mulher como subalterna e dependente”.

O sujeito feminino era a “rainha do lar” e lutava de todas as formas e com todas as forças para manter o casamento, principalmente para as mulheres pertencentes às classes médias e altas, visto que elas não trabalhavam fora de casa, a separação significava a reprovação diante da sociedade. Além disso, também pesava sobre elas o fato de que não tinham condições econômicas para manter os filhos com dignidade, sem a ajuda financeira do marido ou dos pais.

Conforme a mesma autora, a partir dos anos 1960, os sujeitos femininos passam a ter acesso a meios contraceptivos mais eficientes. Em razão disso, o comércio de pílulas anticoncepcionais no país somou-se a maiores possibilidades educacionais para as mulheres como a de ingressar em carreiras acadêmicas, dessa forma, o movimento feminista ganha forças, desafiando os valores da família tradicional. Porém, apesar das mudanças significativas, ainda era altamente desejável que o sujeito feminino se casasse e tivesse filhos, dedicando-se inteiramente à família, reiterando que casamento e procriação continuavam a ser o destino desse sujeito.

Diniz (2012, p.317), falando sobre concepção e aborto, aponta três gerações de mulheres do século XX. Sendo a primeira geração aquela que compreende os anos de 1940 a 1959, quando os estudos científicos divulgaram a pílula anticoncepcional como um meio eficiente para controlar a gravidez, que embora contribuindo para o planejamento do número de filhos, também representava um perigo à saúde feminina, devido aos efeitos colaterais provocados pelo princípio ativo medicamentoso.

A segunda geração é formada por aquelas que sobreviveram aos métodos inseguros do aborto e das clínicas clandestinas, método de anticoncepção mais comum entre as famílias de qualquer classe social. A medicina reprodutiva, segundo Diniz (2012, p.319) era compreendida “[...] como uma especialidade voltada para um novo perfil de mulher”, aquela da classe média e alta, que talvez, em virtude da carreira profissional, atrasava o projeto da maternidade, usando métodos que controlavam sua fertilidade. Por fim, a terceira geração de mulheres denominada por Diniz (2012, p.321) de “geração pílula”, que congrega mulheres nascidas entre 1980

e 1999, que viveram sob uma cultura que valorizava os medicamentos para o exercício da sexualidade e da reprodução. São conhecedoras e usuárias dos métodos anticoncepcionais. Nessa época, o medicamento mais usado como abortivo era o CITOTEC⁴, principalmente pelas mulheres mais pobres.

Em 1967, é criada a Lei Neuwirth que legaliza a contracepção e, em 1975, com a finalidade de diminuir os casos de abortos clandestinos praticados, o parlamento francês formaliza a Lei Veil, que prevê a interrupção voluntária da gravidez. Na tentativa de obter a legalização do aborto, as mulheres francesas reclamam o direito de dispor sobre seus próprios corpos: “é meu corpo eu faço dele o que eu quiser”, desencadeando uma série de protestos.

A invenção, divulgação e comercialização irrestrita da pílula anticoncepcional se transformou num divisor de águas na história social das mulheres, que só se tornavam mães se assim o desejassem. A contracepção feminina se generaliza por toda a França e, nesse contexto, a sexualidade se dissocia da procriação (ARIÈS, 1986, p.91). A partir daí, o casamento ou a cerimônia religiosa – marco do início da constituição familiar – passa ser mera formalidade e os jovens se tornam independentes, inclusive para exercer sua sexualidade sem compromisso conjugal. Como consequência, os laços familiares sacramentados pela igreja recebem menos importância e crescem os casos de coabitação juvenil, o casamento civil ou a união estável se tornaram frágeis pela aprovação da lei do divórcio, no ano de 1975.

A família nuclear, formada por um casal e filhos dividindo o mesmo espaço privado, não é mais a norma exclusiva na França no século XX, e aquelas com apenas um genitor passam a ser cada vez mais frequentes. Em 1981, as mulheres divorciadas que detêm a guarda dos filhos somam-se ao número de mães voluntariamente solteiras. Cada sujeito passa a ter a sua vida privada e espera que ela seja favorecida por uma família do tipo informal. Conforme Ariès, (1986, p.94), “[...] antes a vida privada era confundida com a família, agora é a família que é julgada em função da contribuição que oferece à realização das vidas privadas individuais”.

Nesse sentido, educar a população constitui o objetivo das políticas públicas e o sujeito capaz de desempenhar essa função era a mulher, a única capaz de ocupar

⁴ Nome comercial do medicamento cujo princípio ativo é o misoprostol. Usado inicialmente para tratar úlceras gástricas, seus poderes abortivos foram descobertos na década de 1980 e divulgados nas décadas seguintes.

distintos lugares: o de mãe dedicada, capaz de oferecer um “lar doce lar” para os membros de sua família; o de responsável pela formação moral dos dependentes; de esposa submissa ao marido e voltada aos afazeres domésticos. Essas funções atribuídas ao sujeito feminino foram decisivas na demarcação dos espaços e dos papéis sociais, em que Ela (sujeito feminino) deveria “reinar” nos limites do espaço privado (casa) a fim de garantir a sobrevivência das crianças e o bem-estar da família; enquanto que Ele (sujeito masculino) transitaria entre o público e o privado provendo a família dos recursos materiais, fortuna e prestígio.

Sob essas condições irrompem discursos sobre o planejamento familiar que se cruza com outros discursos sobre liberdade sexual, direitos reprodutivos femininos e com os ideais sociais da maternidade. Nesse contexto, mesmo havendo mudanças significativas no plano familiar, as práticas abortivas se mantiveram silenciadas e, em alguns casos, continuam sendo consideradas crime. Clínicas clandestinas, mulheres denunciadas, médicos e enfermeiros presos pela prática ilegal, denúncias, investigações, discussões em torno do assunto são comuns nos meios de comunicação até hoje.

Acompanhando a transformação da sociedade e analisando o discurso urbano que circula atualmente, podemos dizer que a “família conjugal moderna” deixou de ser uma referência predominante. As relações afetivas são marcadas pela pluralidade de lugares, pela flexibilidade dos costumes e práticas, pela heterogeneidade dos sujeitos, pela instabilidade e pela fluidez dos relacionamentos.

Se em outros tempos, o destino do sujeito feminino era a maternidade, agora, a possibilidade de controlar a concepção, a melhoria das condições de saúde da mãe e da criança permite que a procriação seja planejada. E, se nas áreas rurais, o alto número de nascimentos era a garantia da existência de mão de obra necessária ao sustento da família, nas cidades esse argumento não se firma, porque o custo de vida e a manutenção dos direitos básicos de sobrevivência tornam-se motivo de preocupação entre os sujeitos e as instituições públicas e privadas.

Na classe operária, o número de filhos sempre foi maior do que nas classes média e alta, além disso, as famílias que pertencem à classe operária foram as últimas a limitar o número de nascimentos, uma vez que os valores morais e religiosos se fazem presentes com maior força no interior dessas instituições. A organização familiar das classes menos abastadas continua dominada pela ideologia sobrenatural do pecado, do castigo e da condenação das almas daqueles

que se opõe à função biológica reprodutiva e à profanação do corpo em favor dos prazeres da carne, ou seja, daqueles que ousam ir contra o “crescei e multiplicai-vos” em nome do “o meu corpo me pertence e faço dele o que eu quiser”.

No Brasil, até aproximadamente 1950, a família seguia os modelos tradicionais franceses, quando passa a dar sinais de mudança, principalmente porque os laços afetivos se tornam condição essencial para a sua constituição. Desse modo, neste trabalho, tomamos a família não apenas como agente de transformação e mudanças sociais, mas como instituição política inserida no espaço urbano, sujeita às sanções, coerções, proibições e regulações do Estado.

1.2 Sobre a interpelação do sujeito

A Análise de Discurso de orientação francesa, fundada por Michel Pêcheux, na França e por Eni Orlandi no Brasil, configura-se como uma disciplina de entremeio, que trata das relações entre o sujeito, a língua e a história na produção de sentidos, pois tem como pressuposto básico a exterioridade constitutiva da linguagem.

Para essa vertente teórica, o sentido não está fixado nas palavras e nas imagens, mas se historiciza, haja vista que a ideologia convoca o sujeito a produzir certos sentidos e a negar outros. Isso significa que as palavras não têm um sentido literal, mas mudam de sentido conforme as posições ocupadas pelos sujeitos que as empregam, e que são determinados com referência às formações ideológicas nas quais se inscrevem essas posições. Entendidas por Pêcheux (1993, p. 166) como “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações, que não são nem ‘individuais’ ‘nem universais’ mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”, a formação ideológica é o elemento suscetível que intervém como uma força em confronto com outras forças na conjuntura de uma formação social.

Para o autor, o discursivo é um dos aspectos materiais da ideologia, pois “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (PÊCHEUX, 1975

apud ORLANDI, 2010, p.17). Segundo ele, é a ideologia que designa “o que é e o que deve ser”, isto é, é a ideologia que faz parecer que as palavras ou enunciados queiram dizer o que realmente dizem, mascarando o caráter material do sentido.

No discurso, as formações ideológicas são representadas pelas formações discursivas, que determinam o que pode/deve e não pode/não deve ser dito. Dessa maneira, entendemos que o sentido de uma palavra não é tomado como verdade absoluta, pois o dizer é um efeito ideológico cujo sentido vai mudando, transferindo-se, atualizando-se. Conforme Pêcheux (2009), os sujeitos falantes são interpelados em sujeitos do *seu* discurso pelas formações discursivas que na linguagem, são representadas pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes. Desse modo, o sentido das palavras se constitui pelas relações que se estabelecem com outras palavras no interior de cada formação discursiva, produzindo pontos de estabilização, ou seja, nos termos de Pêcheux (2009, p. 148), o “consenso intersubjetivo”.

Ainda de acordo com o autor, toda formação discursiva dissimula o fato de que de que “algo fala (*ça parle*) sempre antes, em outro lugar”, isto é, que a interpelação dos indivíduos em sujeitos ocorre pelo complexo das formações ideológicas e especificamente pelo interdiscurso, que fornece a cada sujeito a evidência do sentido.

Assim, a interpelação do indivíduo em sujeito do *seu* discurso ocorre pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, que como fundadora da unidade (imaginária) do sujeito se apoia no fato de que “os elementos do interdiscurso são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 150), embora ele seja afetado por duas formas de esquecimentos. O esquecimento número dois, da ordem da ideologia, se refere à ilusão que o sujeito tem de que aquilo que ele diz é novo, quando na verdade, ele apenas repete o que já foi dito por outro sujeito em um outro momento, e o esquecimento número um, da ordem da enunciação, é aquele pelo qual o sujeito acredita que aquela é a única maneira de dizer algo.

Desse modo, a interpelação pressupõe um desdobramento do sujeito do discurso, já que ele é representado, de um lado, pelo sujeito da enunciação (aquele

a quem se atribui o discurso), e por outro, pelo sujeito universal⁵. Esse desdobramento do sujeito produz seus efeitos na forma-sujeito e assume diferentes modalidades.

A primeira modalidade caracteriza o “bom sujeito”, que é aquele que se identifica plenamente com os saberes da formação discursiva à qual ele se inscreve e que, conforme Pêcheux (2009) consiste em um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal de modo que “[...] a tomada de posição do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do *livremente consentido*”, isto é, o sujeito reflete espontaneamente o sujeito universal. De acordo com o autor, “[...] o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, realiza seus efeitos em ‘plena liberdade’” (PÊCHEUX, 2009, p. 199, grifos do autor).

Na segunda modalidade, o “mau sujeito” – aquele que não aceita totalmente tudo o que caracteriza e estrutura a forma-sujeito – “se volta” *contra o sujeito universal*, por meio de uma “tomada de posição”, que consiste no distanciamento, na dúvida, no questionamento, na contestação ou revolta em relação aos saberes da formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 2009, p. 199). Essa dicotomia ocorre porque o sujeito da enunciação trava uma luta contra a evidência ideológica dentro da FD dominante. Dessa forma, sendo “mau sujeito”, ele se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso, produzindo o contradiscurso (PÊCHEUX, 2009, p. 200). Portanto, é pela contra-identificação que acontece a resistência e, conseqüentemente a contradição, pois o sujeito ocupa mais de uma posição em uma mesma formação discursiva.

Por fim, a terceira modalidade é a desidentificação, que se configura pela saída do sujeito de sua FD e conseqüente entrada em outra, suscitando o antagonismo. Segundo Indursky (2008, p.15), a desidentificação não representa a “liberdade” do sujeito, pois como animal ideológico, ele está sempre identificado em alguma ideologia. Conforme a autora:

[...] o homem tem uma certa margem de movimentação e não está condenado a manter-se sempre identificado com o mesmo domínio do saber [...] em determinado momento, sob o efeito de determinadas condições de produção, o sujeito do discurso pode

⁵ Sujeito (com S maiúsculo) é o sujeito absoluto e universal, aquele que interpela os indivíduos em sujeitos.

romper com o domínio de saber em que estava inscrito e, em consequência, identificar-se com outra FD. Essa capacidade de migrar de um domínio de saber para outro indica o espaço e a dimensão de sua 'liberdade'. (INDURSKY, 2008, p.15, grifos da autora)

Para a autora, a desidentificação é um movimento constituído pelo “laço constitutivo entre inconsciente e ideologia” (INDURSKY, 2008, p. 15), mas de qualquer modo, a identificação plena e homogênea não existe, pois o sujeito é heterogêneo, clivado, cindido, interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente.

1.3 Sobre o Interdiscurso ou Memória Discursiva

Para Pêcheux (2009, p.149), toda formação discursiva dissimula a objetividade material das palavras no interdiscurso, que reside no fato de que “algo fala” sempre antes em outro lugar sob a dominação das formações ideológicas. Isso implica afirmar que ao produzir o discurso, o sujeito inscreve o dizer no eixo da constituição dos sentidos, no qual estão todos os dizeres já ditos e esquecidos.

Nessa abordagem teórica, o interdiscurso é tomado como a memória discursiva, isto é, como “[...] o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2010, p. 31). É no eixo de constituição do discurso que se encontram todos os dizeres já ditos e esquecidos que retornam no fio discursivo, atestando a inscrição do sujeito em dada formação discursiva.

É pela “norma identificadora” (PÊCHEUX, 2009, p.146) que o sujeito se “reconhece” e se identifica/desidentifica/contraidentifica com os demais sujeitos, inscrevendo seu dizer num *já dito*, numa *memória discursiva* que o antecede, e que independente da sua vontade, traduz as relações de força constituídas histórica e ideologicamente. Vale lembrar, que esse conceito de memória não pode ser confundido com a memória neurofisiológica, psicológica ou individual, mas trata-se de uma memória que possibilita que os dizeres se atualizem no momento da enunciação.

Nesse sentido, acrescentamos que para a AD, a memória não é “[...] uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulando ao modo de um reservatório” (PÊCHEUX, 2010, p. 56). Pelo contrário, ela deve ser entendida como um espaço de deslocamentos, de conflitos de regularizações, um espaço de “contra-discursos”. Por isso, o formulável (possível de ser dito) pelo sujeito, por mais que esteja no nível do repetível, instaura um novo acontecimento.

Sendo assim, o sujeito tem falsa impressão de estar no controle, de ser a origem do dizer, refletindo “sonho adâmico” quando na verdade, somente retoma sentidos já postos, que determinam como ele se inscreve na língua e na história (ORLANDI, 2010, p. 35). De acordo com a autora:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e as histórias nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. (ORLANDI, 2010, p. 36)

Como se vê, o acontecimento de um enunciado o insere em uma rede de outros enunciados (paráfrases e deslocamentos), ou seja, não há enunciado independente das redes de formulação. A questão, ao analisar o acontecimento discursivo de um enunciado, é mostrar como ele retoma formulações anteriores e as reinsere em outras cadeias discursivas, pois não há de um lado o histórico e de outro a linguagem, mas a própria estrutura linguística é o lugar onde se produz a possibilidade do deslocamento e do equívoco.

Desse modo, o intradiscursivo (atualidade) entrecruza-se com o interdiscursivo (a memória) para produzir sentidos. Nessa perspectiva, o discurso só pode ser compreendido, levando em conta o eixo da formulação, no qual ele é linearizado e o eixo da sua constituição, que permite atestar a inscrição do sujeito em dada formação discursiva e conseqüente ruptura com outras. Assim compreendemos que toda sequência de enunciados é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. A ideia de que um enunciado pode ser o mesmo e paradoxalmente outro é designada por Pêcheux (2012) de “equívoco” da língua. De acordo com ele:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-semanticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÉCHEUX, 2012, p. 53)

É nesse jogo entre uma memória e sua irrupção na atualidade que se dá o funcionamento daquilo que Courtine (2009) designa “efeito de memória”. Conforme o autor, os discursos irrompem sob determinadas condições de produção, articulados aos dois níveis de descrição de uma FD e dizem respeito “ao tempo longo de uma memória” – interdiscurso – e também, ao “tempo curto da atualidade de uma enunciação” que corresponde ao intradiscurso (COURTINE, 2009, p. 106, grifos do autor). Portanto, é a memória que sustenta os sentidos tanto no interior de práticas verbais, quanto no interior de práticas não verbais, permitindo a circulação do discurso e tornando possível a articulação entre um enunciado e sua formulação.

1.4 Sobre o funcionamento discursivo da imagem

Modernamente, a imagem pode ser usada como forma de controle, por exemplo: as câmeras de vigilância em domínios públicos, são “olhos sempre atentos”, que buscam preservar a segurança de todos, embora já constituam um modo de invadir a vida de cada sujeito. No domínio do privado, ela não é apenas um produto de um mecanismo tecnológico, como a fotografia que não constitui somente a representação de um fato vivido, uma fração do mundo no tempo e no espaço, mas que significa pela historicidade que a compõe.

Isso implica dizer, que a interpretação do não verbal não depende da relação de semelhança com a realidade exterior, mas do modo como ele se inscreve na história para significar. É a história que intervirá sustentando o sentido daquilo que é visto ou mostrado pela imagem, pelo som, pelo gesto. No entanto, a onipresença de elementos não verbais, associada à ilusão de que nunca vimos ou ouvimos nada semelhante, ou ainda, de que fomos os primeiros a capturá-los afeta o modo como os sentidos se constituem.

Além disso, numa formação social historicamente marcada pela escrita é comum dar maior atenção ao linguístico (verbal) em detrimento do não-verbal (imagem, sons, formas), o que colabora para gerar a ideia de que o verbal subordina o não-verbal ou que o sentido surge pelo/no linguístico, delegando ao não-verbal, o efeito de mera ilustração. Porém, para a teoria do discurso, apesar de cada uma dessas linguagens – aqui tomadas como discursos – apresentar suas especificidades, não é possível dissociá-las, tendo em vista que o seu funcionamento é similar. Assim, o verbal e o não verbal se imbricam, se articulam:

A convivência com a música, a pintura, a fotografia, o cinema, com outras formas de utilização do som e com a imagem, assim como a convivência com as linguagens artificiais poderiam nos apontar para uma inserção no universo simbólico [...]. Essas linguagens todas não são alternativas. Elas se articulam. E é essa articulação que deveria ser explorada [...]. (ORLANDI, 2001b, p. 40)

Também para Lagazzi (2009, p. 67), cada materialidade (verbal ou não-verbal) significa de uma maneira que lhe é peculiar, mas ambas carregam em si, feixes de significações que advêm de diferentes campos do saber e, por isso, não podem ser considerados de forma isolada, mas na “cadeia significante”, ou seja, no embate entre estrutura (memória) e acontecimento (atualidade).

Por ser estrutura, o discurso necessita de uma materialidade que pode ser linguística ou não, que possibilitará sua irrupção, ou seja, o acontecimento discursivo só é possível porque há uma forma material que o sustenta. No caso deste trabalho, as imagens, por nós designadas de textos-imagem, são o lugar onde os discursos se materializam sendo possível observar como se organiza a relação língua e história na produção de sentidos e também do sujeito com sua relação com o contexto histórico-social.

Para dar conta da relação entre estrutura e acontecimento discursivo, mencionamos o trabalho de Michel Pêcheux (2012), em que o autor analisa o enunciado *On a gagné* (Ganhamos), utilizado por manifestantes durante a comemoração da vitória de F. Mitterrand na eleição presidencial francesa, em 10 de maio de 1981. Nessa obra, Pêcheux explica como o sentido do enunciado se desloca do domínio do esporte para o campo da política, produzindo novos efeitos de sentido.

Conforme o autor, a materialidade discursiva desse enunciado é singular, pois ela não tem nem a forma nem a estrutura de uma palavra de ordem, mas produziu seus efeitos no dia 10 de maio. Ainda segundo ele, o fato é que essa materialidade inscreve o enunciado “[...] em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados” mais ou menos estabilizados, que funcionam em diferentes domínios do saber (PÊCHEUX, 2012, p. 23).

Dessa forma, compreende-se que o acontecimento de um enunciado o insere em uma rede de outros enunciados (paráfrases e deslocamentos), em outras redes de formulações, isto é, ao mesmo tempo em que o discurso retoma formulações anteriores, abre possibilidade para que outros enunciados sejam formulados a partir dele.

Ao analisar o não-verbal, preconiza-se evidenciar como a imagem (neste trabalho), aparentemente “opaca e muda”, retoma os “já-vistos antes” e os reinsere em outras cadeias discursivas. Dizendo de outro modo, como o intradiscursivo (atualidade) entrecruza-se com o interdiscursivo (memória) para produzir efeitos de sentido. Sobre isso, Pêcheux (2007, p.51) afirma que a imagem funciona como “operadora da memória social”, na medida em que permite passar do “visível ao nomeado”, por meio de um “programa de leitura”, de um percurso inscrito em outro lugar. Conforme ele:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX, 2007, p.55)

Davallon (2007, p. 28) também assinala que aquele que observa uma imagem, acaba por realizar “uma atividade de produção de significação”, que “não lhe é transmitida ou entregue toda pronta”, o que significa que o “legível”, “dizível” ou o “visível” pode variar conforme as leituras, pois de acordo com Orlandi (2001), na AD, o sentido sempre pode ser outro, mas não qualquer um.

Desse modo, ao considerar a imagem como prática de linguagem é possível reconhecê-la como o discurso no qual se entrecruza estrutura e acontecimento, que conforme Ferreira (2005, p.11), “inaugura uma nova forma de dizer, estabelecendo

um marco inicial de onde uma nova rede de dizeres possíveis irá emergir”. O não-verbal vai, portanto, para além de mera ilustração, principalmente porque reproduz o político.

Por esse viés, a relação memória/imagem pode ser compreendida como uma via de mão dupla: a imagem como “operador da memória social” e a imagem como acontecimento, atravessada por discursos outros e dotada de opacidade. Ao associar a imagem à memória, a AD cria uma nova perspectiva de leitura do não-verbal, pois ela não nega o caráter documental da imagem, ou seja, a possibilidade de ser lida como registro de um acontecimento histórico firmado na memória coletiva, mas remete à história que pela memória discursiva reverbera sentidos já ditos ou já vistos anteriormente.

Sob esse ponto de vista, o discurso não-verbal funciona da mesma forma que no verbal, uma vez que também é sustentado por já vistos, que irrompem sob outras condições de produção, pelo trabalho da memória discursiva, fazendo ressoar uma “voz sem nome” (COURTINE, 1999, p. 19). Assim como o verbal, a imagem funciona pela repetição vertical, que não diz respeito ao eixo das formulações, mas àquilo que retorna, como uma presença ausente.

Da mesma forma que é possível recortar SD's de um texto verbal, é possível recortar enunciados-imagem do texto não-verbal, sendo que cada enunciado-imagem aciona um conjunto de relações significativas resultantes da articulação linguístico-histórica e da heterogeneidade das formações discursivas, das posições-sujeito e da memória. Nesse sentido, Orlandi (2010, p.70) afirma que “os textos individualizam - como unidade - um conjunto de relações significativas. [...] complexas, [...] heterogêneo: quanto à natureza dos materiais simbólicos (imagem, som, grafia etc)”.

Analisar o não-verbal pelo viés discursivo não consiste em fazer a descrição dos elementos visuais da imagem, na leitura de sua materialidade intrínseca, mas em observar as relações entre ela e o processo de constituição dos sentidos, lembrando sempre, que a leitura do não-verbal também está sujeita à falha e ao equívoco.

CAPÍTULO II

ESPAÇO URBANO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Neste capítulo, discutimos o processo de constituição dos sentidos no espaço urbano com base nos estudos de Orlandi (2004, 2001) e Venturini (2009). Em 2.1, discutimos a sobreposição do urbano sobre a cidade, e que resulta no apagamento do seu real. Apresentamos ainda, alguns elementos estruturantes do espaço urbano como a ordem, a organização e a quantidade, que aponta de modo paradoxal, mas complementar, para a heterogeneidade e para a padronização.

Na seção 2.2, abordamos os conceitos de *casa* e de *rua*, provenientes do domínio da Antropologia, conforme DaMatta (1999); da Sociologia, com Sennet (1989) e da História a partir de Ariès (1986), buscando compreender as relações de sentido existentes entre o público e o privado. A fim de entender como os pares casa/rua e público/privado constituem sentidos no espaço urbano, em 2.3 apresentamos os deslocamentos feitos por Orlandi (2004; 2001), que compreende o espaço urbano como o enquadramento de todos os fenômenos, dentre eles, as relações entre o público e o privado, cuja base material é a relação casa/rua.

Em 2.4, discutimos como a Língua de Estado, por meio da Língua de Vento, individua(liza) o sujeito, isto é, “age” sobre a família, dissimulando o seu real, a fim de atingir seus objetivos. Para isso, nos respaldamos nos estudos sobre a propaganda realizados por Orlandi (2012; 2011), que relê Pêcheux (2011). E por fim, investigamos como se dá a formação do consenso nas políticas públicas do planejamento familiar no Brasil conforme Orlandi (2011).

2.1 A sobredeterminação da cidade pelo urbano: alguns elementos estruturantes

De acordo com Venturini (2009), os estudos sobre a cidade passaram, ao longo dos tempos, por significativas alterações. Primeiramente, os estudiosos pensavam a cidade como sendo um “[...] elemento de delimitação espacial do objeto estudado pelo historiador”, que servia de palco para os acontecimentos históricos. No entanto, a partir do século XIX, esse espaço passou a ser compreendido como

“[...] parte da memória, onde emergem tensões urbanas” (VENTURINI, 2009, p. 137).

Por esse viés, “[...] a cidade é uma realidade que se impõe com toda a sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo” (ORLANDI, 2004, p.11). Isso significa que ela não é mais compreendida somente como um espaço físico-geográfico, mas constitui um espaço organizado e carregado de significações, que pode ser lido/interpretado como um grande texto, que aponta para muitos sentidos ou como uma página em branco, que encaminha para a saturação, pelo efeito de evidência e de homogeneidade.

Para Orlandi (2004), a cidade está sobreposta ao urbano – forma primeira de idealizar a vida no espaço civilizado – e estabelecer afinidades sociais nesse espaço, é fundar relações cortesias com a urbanidade e suas deliberações. Conforme a autora:

[...] o urbano aparece como ‘catalisador’ do social. Em consequência, o urbanismo se apresenta como parte do imaginário que ‘interpreta’ o que é urbano, sobrepondo-se à cidade, delimitando-a, desenhando seus sentidos (significando-a), assim como ao social. (ORLANDI, 2004, p. 63, grifos da autora)

O urbano se torna, portanto, uma maneira subjetiva de classificação diante do civilizado, polido, educado e cidadão e corresponde ao imaginário que os sujeitos administradores têm ao concebê-la em seus discursos, de tal modo que o discurso do urbano silencia o real da cidade e o social que o acompanha. Essa sobredeterminação do urbano sobre a cidade resulta da articulação entre *ordem* – do domínio do simbólico e do político – e *organização*, que se refere ao empírico e ao imaginário, relegando ao sujeito a ilusão da urbanidade, que diz respeito ao arranjo de suas unidades.

No entanto, o que interessa ao analista de discurso não é “a *organização*, mas a *ordem* do discurso urbano”, isto é, como o simbólico, confrontando-se com o político, configura sentidos para/na cidade (ORLANDI, 2004, p. 35). Trata-se de observar o apagamento do seu “real”, que irrompe de discursos que advêm de urbanistas, administradores e do Estado, os quais homogeneizam os modos de significá-la pelas formas do jurídico ou do político. Nesse aspecto, o espaço urbano coloca em circulação diferentes tipos de linguagens e de discursos, que na teia de suas formulações, produzem no imaginário dos sujeitos, um efeito de

desenvolvimento, de superação de dificuldades, de facilidade de acesso, de infraestrutura, de modernidade, de beleza, de entretenimento etc., mascarando uma realidade muitas vezes marcada pela violência e pelo desemprego, por congestionamentos no trânsito, pela fome, e pela falta de escolas, de creches, de hospitais, de saneamento básico etc.

Segundo Orlandi (2001), o real da cidade representa a fala fora do lugar, reveladora do conflito político/simbólico travado no espaço urbano, que é capaz de desconstruir a própria urbanidade, bem como de evidenciar suas contradições constitutivas. É quando os sujeitos estabelecem modos de dizer e constroem formulações que *des-organizam* o espaço burocratizado do urbano, que o real da cidade irrompe.

Esse “real” da cidade é o lugar onde a falha do discurso acontece, onde o irrealizado salta, onde encontramos uma fala *des-organizada*, fora do lugar, que desconstrói a normatividade e causa o estranhamento, provocando o deslize dos sentidos no espaço urbano. É no real da cidade que o urbano (politicamente delimitado) é posto em questão pelo simbólico, pela constante possibilidade de poder ser “o outro” (grifos nossos).

Explicitar o *real* da cidade, para a autora, é fazer uso do “flagrante urbano”, que funciona como “um lembrete” desse real, pois é uma forma específica da narratividade urbana se materializar. São modos de dizer *na* e *da* cidade que desorganizam o espaço urbano, ou seja, é a inscrição do sujeito no espaço, sua gestualidade que revela a falha. É algo que se dá junto com a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, onde o irrealizado irrompe com toda a sua força provocando “efeitos de sentido entre os interlocutores” (PÊCHEUX, 1993, p.82).

Os flagrantes constituem inscrições de sentido, expressões, ações ou produtos em que o simbólico é materializado, são gestos significantes que podem causar um movimento de ruptura no mundo logicamente estável da urbanidade, permitindo que a falha aconteça e que o sujeito tenha infinitas possibilidades de se inscrever nesse mundo urbanizado, e aí se incluem as pichações e o *rap*, por exemplo.

Para Orlandi (2001), a *quantidade* é outro elemento estruturante do espaço urbano e traz consigo a ideia de concentração, de grande número, ou seja, é na cidade que cidadãos dividem um mesmo espaço não apenas concreto, mas também simbólico. A autora apregoa que nesse espaço se estabelecem relações sociais, que

não são lineares, mas verticalizadas, pois a cidade passa a ser um espaço onde funcionam relações hierarquizadas, marcadas por diferenças. Um exemplo disso, é a divisão do espaço urbano em condomínios fechados e favelas, ou então, a (im)possibilidade de frequentar certos lugares, como *shoppings*, restaurantes e outros. É nesse sentido que corpo da cidade e corpo do sujeito formam um só. Desse modo, a cidade funciona pela heterogeneidade/pluralidade e pela padronização. Isso significa que o funcionamento da ordem/organização da cidade instaura evidências de unidade, do consenso, tornando-se o espaço da regra e da regularização da vida social.

É nesse espaço marcado pela relação paradoxal entre igualdade/diferença, que circulam discursos que irrompem de diferentes formas materiais, como letreiros e *outdoors*, contratos jurídicos, documentos oficiais, mídia impressa, eletrônica e televisiva, propagandas comerciais e governamentais. Entrecruzados por sentidos já vistos ou já ditos e significados, esses discursos se dispersam ou são atualizados, porque o sujeito delimita “sítios de significância” (ORLANDI, 2004, p. 64), uma vez que é interpelado por determinados sentidos e não por outros.

Orlandi (2001) afirma ainda, que a narrativa urbana, compreendida como o modo de falar a cidade, passa a constituir um espaço de divergência, de diferença, do dissenso, tendo em vista que espelha as relações de contradição sociais que distinguem as cidades; espaço de sujeitos e de modos de constituir, que não são os mesmos devido à heterogeneidade do sujeito e da cidade habitada por ele. Desse modo, o que faz sentido para um sujeito não significa da mesma forma para o outro.

Além disso, na sociedade capitalista, a cidade cresce de forma desorganizada e as instituições, sejam elas governamentais ou não, instauram mecanismos para controlá-la na tentativa de organizar o espaço urbano e de amenizar os conflitos que surgem no seu interior. Enfim, no espaço urbano, o sujeito está rodeado de situações que exigem dele atitudes civis e de “comportamentos” adequados ao convívio social, e caso resista, é segregado, excluído.

Nessa perspectiva, o discurso urbano apresenta-se como a forma logicamente estável de categorizar os dizeres típicos do sujeito cidadão, de se habituar a atitudes, valores e ideologias que significam na cidade. Ou seja, o discurso é o meio pelo qual temos acesso ao que é urbano, uma vez que é no espaço da cidade que ocupamos o nosso “lugar” de sujeitos e onde construímos uma complexa teia de relações pela qual nos definimos.

Dessa forma, o discurso sobre o planejamento urbano recai diretamente sobre a família – instituição política que habita a cidade – que por vezes é levada a adequar-se aos ditames do Estado, para não ser segregada ou posta à margem da sociedade. Construir muros, pagar impostos, cuidar do meio ambiente, proteger os idosos, educar e limitar o número de filhos são apenas algumas das formas utilizadas para manter a ordem e a organização do espaço urbano. Contudo, “ler” a cidade é perceber que os sujeitos, os quais constituem famílias são também os responsáveis pela (re)produção das classes sociais e pelos modos de produção que se misturam, se agregam, se completam e exigem que o sujeito modifique o espaço urbano. Estar, trabalhar, morar, viver, vender, pedir, construir e limitar o número de filhos se torna uma exigência política da urbanização.

2.2 Sobre os sentidos de *casa* e de *rua*

A família ocidental seguiu o modelo patriarcal, marcado pela divisão/marcação dos lugares ocupados pelos sujeitos. Assim, enquanto o sujeito feminino era confinado em casa, ao sujeito masculino, provedor do sustento e do bem estar dos membros familiares, era permitindo transitar entre a *casa* e a *rua*.

Essas duas noções têm sido objeto de estudo de diferentes campos do saber, salvo as especificidades de cada um deles, não são tomadas em sentidos diferentes. Pelo viés da Antropologia, por exemplo, o espaço da *casa* só pode ser definido por meio da oposição, do contraste ou da complementaridade a outros domínios, isto é, em relação à *rua*, e pode designar tanto um espaço íntimo e privativo (quarto) quanto um espaço público (país).

Todavia, esse par não designa apenas espaços geográficos, mas configuram atitudes, comportamentos, gestos simbólicos, modos de vestir, pensar, expor opiniões sobre diversos assuntos e papéis sociais que variam de acordo com o espaço habitado na sociedade. Para Da Matta (1999, p.14), *casa* e *rua* são duas categorias sociológicas, que constituem:

[...] entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por

causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DA MATTA, 1999, p.14, grifos do autor).

A casa se configura como uma metáfora da sociedade brasileira, pois é um espaço dividido por pessoas que se relacionam entre si por meio de laços de sangue ou afetivos (família). Nesse espaço físico privilegiado, a família dotada de poderio “feudal” constitui uma unidade heterodoxa, posto que exerça múltiplas funções, e é no interior dela que os sujeitos da dinâmica social se organizam hierarquicamente (DAMATTA, 1999, p. 49).

Já a rua é uma “zona livre”, que pertence ao “governo” ou ao “povo” e se caracteriza pela fluidez e pelo movimento. É um lugar perigoso onde vivem os malandros, os criminosos e os marginais em geral. É o lugar da individualização – cada um deve cuidar de si mesmo – e da contradição. Assim, “estar em casa” significa estar protegido, enquanto “estar na rua” significa ser privado dessa proteção.

A relação que se estabelece entre casa e rua é a mesma que funciona para o par público e privado, cuja oposição começa a ser delineada por volta dos séculos XVII e XVIII na Inglaterra e na França. Nessa época, a palavra “público” significava o bem comum ou o corpo político, mas gradualmente passou a significar “aquilo que estava aberto à observação de qualquer pessoa” (SENNETT, 1989, p.30), enquanto que “privado” significava uma “região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos” (SENNETT, 1989, p.30). Mais tarde, o domínio público passou a incluir pessoas, grupos sociais complexos e díspares, locais de passeios, parques urbanos, ruas, praças.

No século XIX, devido às revoluções do final do século e à ascensão do capitalismo industrial nacional houve, por parte dos administradores das cidades, a vontade de controlar e moldar a ordem pública conforme os interesses burgueses vigentes na época. Com isso, a ênfase recaiu sobre a necessidade de o indivíduo se proteger contra a invasão pública em assuntos familiares da vida privada, resguardando alguns “segredos” que podiam desgastar o nome, a honra e a memória dos entes queridos das famílias tradicionais, uma vez que a vida pública era considerada moralmente inferior.

Nesse contexto, para que a vida privada se organizasse pelo contato afetivo, tornando-se o ponto de encontro de sujeitos autônomos, não bastou somente que o espaço doméstico se ampliasse e se organizasse de outra maneira, mas foi preciso que a instituição familiar adquirisse novos contornos e se adequasse às novas demandas. Assim, aos poucos a família foi perdendo as funções que a caracterizavam como uma microssociedade, e ela “deixa de ser uma instituição, para se tornar um simples ponto de encontro de vidas privadas” (ARIÈS, 1986, p.87).

Na primeira metade do século XX, “casar” consistia em formar um lar, em lançar as bases para uma realidade social nitidamente definida e claramente visível dentro da coletividade. Por volta de 1930, a profissão e a fortuna, bem como as qualidades morais pareciam mais importantes do que as inclinações estéticas e psicológicas para decidir sobre uma união. Os sujeitos “[...] casavam-se para ter filhos, aumentar um patrimônio e deixar-lhes de herança, [...] os indivíduos eram de fato, julgados em favor do êxito da sua família e do papel que desempenhavam no êxito” (ARIÈS, 1986, p.87).

Na contemporaneidade, com a difusão das redes sociais disponíveis pela *internet*, a privacidade foi se tornando artigo de luxo, ou seja, poucos conseguem manter em sigilo assuntos pessoais, antes reservados para o foro doméstico e familiar. Assuntos como casamentos, divórcios, dificuldades financeiras, relacionamentos extraconjugais são compartilhados como um livro aberto, o qual pode ser lido por qualquer um, “curtido”, comentado, criticado, sem censura, restrições, preconceitos, ou ainda, sem qualquer tipo de repressão ou punição. Isso significa que a vida privada estaria (está) passando por um desgaste ou por um desfacelamento, talvez pela necessidade de exposição diante da rotina cotidiana enfrentada nas cidades.

A globalização, tanto da informação quanto do sujeito, permitiu o “descortinar” da vida privada e, hoje, o “estar na rua” faz parte da vida de crianças, de jovens e de adultos, que são estimulados a frequentá-la, seja para trabalhar, estudar ou para se divertir. Contudo, a rua não é apenas o espaço da convivência, mas também da resistência, do enfrentamento das mais diversas causas. Atualmente, as ruas constituem verdadeiros campos de litígio, nos quais determinados grupos sociais lutam por direitos que lhes foram tirados, contra a exclusão e a segregação social.

As manifestações de 2013, os “rolezinhos”, a “Marcha das Vadias”, o “Dia do Orgulho Gay”, somente para citar alguns, são movimentos que convidam,

convocam, “recrutam” os sujeitos a “vir para a rua”, de modo a manifestar a individua(ção) dos nichos urbanos, apagando as desigualdades sociais, produzindo nos sujeitos, a ilusão de que juntos se têm mais força e maior prestígio social.

Do ponto de vista discursivo, o espaço é compreendido como o enquadramento de todos os fenômenos, nele é estabelecida a relação entre o público e o privado, cuja base material é a relação casa/rua, que conforme já assinalamos, são elementos organizadores do espaço urbano e das relações sociais que aí se delineiam (ORLANDI, 2012, p.200).

2.3. Sobre como o público invade o privado: a tenacidade e a fluidez da Língua de Vento

O limite de sentido entre o público e o privado no espaço urbano tem se tornado tênue. Por vezes, essas duas categorias se entrelaçam, tendo em vista que a cada dia os sujeitos são forçados a tomar decisões, a mudar atitudes e práticas, como se alguma “força maior” tomasse conta deles e os vigiasse para condenar ou para absorver suas falhas.

No sistema capitalista a casa é regida pelo Estado, que por sua vez, se sustenta no aparato judicial e na ideologia jurídica, organizando os processos de individualização dos sujeitos. Por meio das instituições e dos discursos, ele os interpela a se inscrever em dada formação discursiva, de modo a se identificar com certos sentidos e a negar outros, constituindo a forma-sujeito da sociedade atual. Esse modo de existência é contraditório, pois ao mesmo tempo em que o sujeito acredita ser livre para tudo dizer/fazer, ele é submetido à língua e aos discursos do Estado. Para a AD, essa é a base do assujeitamento dos indivíduos, ou seja, dos efeitos da ideologia sobre o sujeito.

É desse modo que a família tem a ilusão de ser livre para tomar decisões, para “escolher” sobre práticas que a constituem, esquecendo-se que é controlada por diferentes instituições “especializadas” como a igreja, a mídia, a escola, e pelo Estado, que delimitam aquilo que pode/deve ou não pode/não deve ser feito e dito no seu interior.

O Estado, com suas leis, regras e normas, interfere no modo de existência da família moderna, exercendo o controle, seja pela repressão e pela violência, por meio da polícia, dos tribunais, da administração pública, seja pelos discursos produzidos. Um exemplo disso são as leis criadas para combater a violência doméstica ou infantil e as formas de sanção aplicadas em caso de transgressão.

Como provedor do bem estar, da saúde e da educação dos sujeitos cidadãos, o Estado ocuparia a posição do “pai” de uma grande família, que além de prover o sustento e a segurança dos filhos, sabe o que é “bom” ou “ruim” para eles. Ele seria, no contexto político atual, o responsável pela manutenção da ordem e da organização das cidades, garantindo a execução das práticas relevantes ao progresso da nação.

A Língua de Estado consiste em “[...] uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classe: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer [...]” (ORLANDI, 2011, p. 86). Essa língua passa a constituir fortemente uma arte (=arma) a serviço do Estado, pois constitui um dispositivo eficaz no processo de fazer a política parecer uma atividade imaginária, colocando-a numa “ordem do parecer” em que gestos e declarações passam a substituir as práticas.

Nessa abordagem, a Língua de Estado funciona pela Língua de Vento⁶, característica da propaganda e dos meios de comunicação de massa e se refere à língua fluída, rápida e efêmera. É por meio de propagandas governamentais que o Estado “age” sobre as massas, invadindo o âmbito do privado, assujeitando o sujeito, submetendo-o a normas, a regras e leis, embora ele (o sujeito) tenha a ilusão de ser livre. Exemplos disso são as campanhas de vacinação, de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, de amamentação, entre tantas outras, que produzem efeitos de que esses são problemas de ordem pública.

Nesse sentido, para Orlandi (2012, p. 107) e para Pêcheux (2011), as propagandas são compreendidas como “[...] operações midiáticas de massa desenvolvidas pela grande burguesia multinacional contra tudo o que resiste a sua política, passa a constituir um mecanismo essencial para o Estado capitalista autoritário e moderno” – deixa de constituir um negócio militar, como na época de

⁶ A designação “Língua de vento” foi cunhada por R. Debray, conforme Orlandi (2012, p. 121).

Napoleão, e passa a ser um instrumento político, que exerce seus efeitos na “guerra ideológica”.

Saindo do psicologismo e do cognitivismo que pensava a propaganda como instrumento para atingir determinado alvo, já que ela entende o que as pessoas “sentem”, o fundador da AD toma a propaganda como uma “forma histórica de assujeitamento do indivíduo” (ORLANDI, 2012, p. 113), desenvolvida no interior do capitalismo. Nesse processo, a “política do performativo”, sustentada na Língua de Vento, tem um lugar primordial e a política passa a ser vista como uma atividade imaginária que substitui as práticas, pois nela o “dizer equivale a fazer” (ORLANDI, 2012, p. 120-121) e remete ao mesmo tempo a cada um e a ninguém, entre os representantes e os “irresponsáveis”.

Pensando assim, percebemos que a luta de classes não é simétrica e que o Estado, por meio da Língua de Vento, “passou a ser mestre na arte de agir à distância” (ORLANDI, 2012, p. 91), anestesiando as resistências, absorvendo as revoltas e fazendo abortar as revoluções. Por essa nova modalidade de língua, o Estado faz com que povo esqueça as diferenças sociais (ou o induz a esquecer), (dis)simulando o real.

A “Língua de Vento” – escorregadia, fluída – sustenta a Língua de Estado, e chega rapidamente à maioria dos espaços públicos e privados, produzindo seus efeitos. Logo, o modo de individua(liza)ção do sujeito é uma questão do Estado, que o assujeita tanto pelas instituições quanto pelos discursos.

2.4 Sobre as Políticas Públicas e a formação do consenso

Conforme já pontuamos, não há como pensar no espaço urbano sem pensar nos sujeitos que nele vivem e nos discursos que nele circulam e os atravessam significando a ambos. Conforme Orlandi (2010, p. 5), “os sujeitos não se significam em um espaço vazio, mas em um espaço institucionalizado, organizado e administrado, que engloba todos os fenômenos ou práticas que acontecem na cidade”.

Na sociedade capitalista, o Estado enquanto articulador simbólico dos vínculos sociais tem a função de administrar as “novas tendências” nas relações que

se estabelecem no interior das relações sociais (ORLANDI, 2010, p. 5). Assim, ele torna-se o responsável pela inclusão do sujeito no/do espaço urbano por meio de políticas que produzem o imaginário de pertencimento a um espaço coletivo, homogêneo e simétrico. É pela produção do consenso que o sujeito tem a ilusão de que é possível atender a todos, no que se refere às questões fundamentais que afetam o espaço urbano, as quais devem ser revistas e solucionadas.

Para a autora, a produção do consenso – apoiada na prática da opinião pública – é ideal para resolver os conflitos sociais, uma vez que produz um imaginário de “nós” coletivo, sobre o qual se assentam as políticas que visam à resolução dos anseios, os sentimentos e problemas que afetam os sujeitos em geral. Nesse sentido, as políticas públicas visam à constituição de uma lógica consensual que tem por objetivo produzir o efeito de que o que falta para os sujeitos que estão à margem da sociedade é a informação e/ou o esclarecimento. Esse fato é perceptível pela constituição do *corpus* desta pesquisa, dessa forma, não é uma questão de atendimento, mas de entendimento daquilo que é proposto pelo estado. Sobre isso, a autora afirma que:

As políticas urbanas atuais consideradas democráticas estão fundamentadas nessa lógica consensual: elas visam à constituição de uma ‘maioria’ através do maior índice possível de ‘participação’ dos ‘excluídos’ e das ‘minorias sociais’ nas diferentes instâncias da vida urbana, como as instituições jurídicas, culturais tecnológicas, educativas, de lazer etc. (ORLANDI, 2010, p.7- grifos da autora)

Para isso, na sociedade capitalista, o jurídico e o administrativo se entrelaçam a fim de produzir o consenso, apagando o político, uma vez que para a autora, é preciso “lembrar o sujeito de esquecer” – sem isso, a vida social e a história não podem seguir em frente – e que o que funciona nessa sociedade são relações hierarquizadas (ORLANDI, 2010, p. 12).

Atualmente, as políticas públicas de saúde e de educação no Brasil vêm sendo elaboradas com base nos princípios da dignidade e cidadania, enfatizando os direitos humanos na medida em que pretendem amparar o sujeito em suas necessidades materiais. Porquanto, os sujeitos atendidos são, sobretudo, os mais vulneráveis como as crianças, os adolescentes, as gestantes/lactentes e idosos, por meio de políticas de complementação de renda ou de distribuição de recursos

(Fome Zero, Farmácia Popular, Bolsa Família etc). Além disso, muitas vezes vinculam a assistência material do sujeito à participação de programas que divulgam valores familiares e sociais relacionados à inclusão, saúde e educação.

No Brasil, ao longo das três últimas décadas do século XX, o planejamento familiar tem sido confundido com as políticas populacionais e com o controle da natalidade. Entretanto, a política populacional se refere aos componentes da dinâmica demográfica e diz respeito à mortalidade, à natalidade e à migração da população. O controle da natalidade, mesmo sendo um direito do ponto de vista individual, se torna uma forma coercitiva de planejamento familiar caso seja adotado como exigência pelo Estado. Já o planejamento familiar (objeto desse estudo) tem a ver com a idade ao casar, ao nascimento do primeiro filho, ao espaçamento entre as gestações, à parturição por terminação (número de filhos nascidos vivos em relação aos nascidos mortos) e aos métodos de concepção e contracepção.

Porém, cabe dizer que as políticas públicas do planejamento familiar trabalham no limiar do conflito entre fator social e biológico, em que se por um lado, o sujeito feminino optar por postergar a maternidade colocando a carreira profissional em primeiro plano, por outro, ele incorre no risco de não ter filhos devido à idade reprodutiva, isso se torna um dilema para aquelas mulheres que querem ter filhos. Assim, enquanto no final do século XX a preocupação era a contracepção, hoje, são as técnicas modernas de concepção que estão em voga, principalmente para os sujeitos que optaram pela realização profissional. Diante disso, podemos afirmar que a escolha individual do sujeito feminino ocorre no conflito entre a carreira profissional e a maternidade.

Dessa forma, para formar o consenso nas políticas públicas de planejamento familiar dentro do espaço urbano, faz-se necessário produzir discursos sobre os perigos e problemas decorrentes da gravidez não planejada. Assim, as reais condições da família são apagadas pelo discurso, com o intuito de criar a ilusão de presença política, mesmo que seja pelo assistencialismo, o qual mascara o efeito de favorecimento pela honestidade de propósitos, bondade, generosidade e um falso compromisso com o povo.

CAPÍTULO III

GESTO ANALÍTICO

Neste capítulo, procedemos à análise das materialidades conforme a linha teórica na qual nos inserimos. Assim, faremos um gesto de interpretação dos discursos selecionados, a fim de verificar como o planejamento familiar foi discursivizado nas campanhas promovidas pelo Governo Federal no início do século XXI. Especificamente, a análise trata das propagandas governamentais tuteladas pelo Ministério da Saúde, sob a qual buscamos evidenciar os efeitos de sentido que surgem do imbricamento do verbal e do não verbal nas materialidades selecionadas. Essa questão torna-se pertinente, uma vez que visa à compreensão de como o público invade o domínio do privado, delimitando o modo de existência dos sujeitos e acabam por determinar a constituição da família moderna.

Para proceder às análises, dividimos as materialidades que compõem o *corpus* deste trabalho em dois grupos: do primeiro grupo fazem parte três textos-imagem, dos quais irrompem discursos sobre a decisão de ter ou não filhos, e que apontam para a possibilidade do planejamento (Ter ou não ter filhos?). O segundo grupo, composto também por três textos-imagem, dos quais emergem discursos sobre a gravidez indesejada, uma vez que ela já iminente (Encare essa realidade).

3.1 Ter ou não ter filhos?

A primeira materialidade discursiva circulou em 2004 e traz o enunciado-imagem de um bebê sorrindo, que sinaliza para discursos segundo os quais uma criança desejada é mais feliz. Contudo, o menino está sentado sob as nuvens e dele irrompem raios luminosos semelhantes aos que envolveram Jesus de Nazaré na manjedoura, produzindo o efeito de sentido de sagrado, da importância de ter um filho. Ao analisarmos o não-verbal, notamos que o enunciado-imagem recortado abre espaço para a contradição pelo equívoco inconsciente de trazer a imagem de um bebê numa campanha anticoncepção. Constatamos que esse mesmo enunciado-imagem se repete nos textos-imagem 2 e 3.

www.saude.gov.br
DISQUE SAÚDE 0800 61 1997

MINISTÉRIO DA SAÚDE
MAIS ATENÇÃO A VOCÊ

Este é o fruto da decisão mais importante da vida de um casal. Mas pode chamar de coisinha fofa da mamãe e do papai.



TER OU NÃO TER FILHOS? QUANTOS FILHOS TER? QUANDO TER?

Essas são decisões que só você pode tomar. E, para que elas aconteçam com segurança, o Governo Federal está tomando medidas importantes. Entre elas, uma ampla distribuição de meios contraceptivos como camisinhas, anticoncepcionais, tabelinhas e a inclusão de anticoncepcionais mais baratos na Farmácia Popular, em quase 4.000 pontos de venda por todo o Brasil. Agora você pode planejar melhor a chegada da coisa mais importante da sua vida, o seu filho.

INICIAÇÃO NACIONAL PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E NEONATAL

SUS

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ministério da Saúde

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Texto-imagem 1

Fonte: Ministério da Saúde - Campanha de 2004.

A primeira SD se filia ao discurso bíblico:

SD1: Este é o fruto da decisão mais importante da vida de um casal. Mas, pode chamar de coisinha fofa da mamãe e do papai.

Um dos possíveis sentidos para esta SD é o de que a decisão de ter ou não filhos não depende somente da vontade de um dos sujeitos que ocupam o lugar de pai/mãe. Ao contrário, ela deve ser tomada pelo casal, e ecoa pelo trabalho da memória discursiva por meio da palavra fruto a passagem bíblica da anunciação do nascimento de Jesus “[...] Bendito é o fruto do teu ventre” (LUCAS 1,42), instaurando a contradição no interior da FD do Estado, uma vez que pelo discurso da anticoncepção, o filho (fruto) deveria ser planejado, decidido, evitado e só assim, seria tido como algo bendito, ao contrário, poderia se tornar “um peso” na vida do casal.

A adversativa “mas” encaminha para a contradição⁷, deslocando o sentido para o domínio do familiar, destacando a heterogeneidade e a divisão do sujeito. As designações “papai” e “mamãe” e a expressão “coisinha fofa” produzem o efeito de sentido de carinho e de afeição, que no imaginário coletivo envolve os sujeitos que ocupam os lugares de pai/mãe e filhos, porém silenciam a possibilidade de existência de núcleos familiares compostos apenas por pai/filh(os, as) ou mãe/filh(os, as), ou ainda, famílias em que sujeitos do mesmo sexo ocupam os lugares de mãe ou de pai.

É interessante notar ainda, que a designação “mamãe” vem antes de “papai”, produzindo o efeito de maior proximidade e de que a maior responsabilidade de cuidar, educar, proteger e conservar a vida da criança é do sujeito-feminino. Isso inscreve o discurso em uma formação discursiva machista segundo a qual, o lugar do sujeito-feminino é dentro de casa (espaço do privado), cuidando dos filhos e dos trabalhos domésticos, enquanto ao sujeito-masculino, que trabalha fora (espaço do público), caberia provê-la de bens materiais.

SD 2: Ter ou não ter filhos? Quantos filhos ter? Quando ter?
Essas são as decisões que só você pode tomar.

Irrompe, nessa SD, o imaginário que a FD do Estado tem sobre o sujeito feminino (indeciso, incapaz), e pelo trabalho da memória discursiva no eixo da formulação ressoa o dilema existencial vivido por Hamlet: “Ser ou não Ser, eis a

⁷ O conceito de contradição está relacionado às modalidades de identificação decorrentes de quando o indivíduo é interpelado em sujeito. Assim, a contradição ocorre quando no interior de uma mesma FD, os sujeitos se identificam, mas também questionam os saberes das FDs, destacando a heterogeneidade e a divisão do sujeito. Esse conceito está sendo trabalhado nesta dissertação, a partir de Zandwais (2009) e Indursky (2008).

questão” na peça teatral de Shakespeare, que é maximizado por “quantos” e “quando”, isto é, a decisão de ter filhos seria ainda mais difícil de ser resolvida do que o drama existencial da personagem shakespereano. Além disso, inscreve o discurso na ordem do não-sabido, da dúvida, e ressoa as dificuldades a serem enfrentadas supostamente pelo sujeito feminino caso o filho não seja planejado.

A resposta produz ao mesmo tempo o efeito de proximidade, pelo uso de “você”, provavelmente para se referir ao sujeito-feminino, bem como aponta para o efeito de responsabilidade. O Estado, por sua vez, ocupa o lugar de amigo, daquele que aconselha aparentemente abrindo espaço para a resposta, mas também advertindo para as consequências das escolhas/ decisões tomadas pelo sujeito.

SD 3: E para que elas aconteçam com segurança, o Governo Federal está tomando medidas importantes. Entre elas uma ampla distribuição de meios contraceptivos como camisinhas, anticoncepcionais, tabelinhas e a inclusão de anticoncepcionais mais baratos na farmácia popular, em quase 4.000 pontos de venda por todo o Brasil. Agora você pode planejar melhor a chegada da coisa mais importante da sua vida, o seu filho.

Contraditoriamente, na SD 3 são enumeradas várias medidas tomadas pelo poder público a fim de auxiliar o sujeito a se prevenir contra a gravidez indesejada, e que são medidas “importantes” e “seguras”. O Estado é novamente aquele que ajuda, que provê o sujeito dos meios necessários para que ele não sofra as consequências do nascimento de um filho indesejado. Para produzir o efeito de eficácia e eficiência, o discurso cita os métodos contraceptivos de “ampla distribuição”, sinalizando que a gravidez é uma escolha.

Além disso, os anticoncepcionais “mais baratos” na “farmácia popular”⁸ sinalizam para que classe social a campanha é dirigida: aqueles que possuem baixa renda e, por isso, necessitam desse tipo de programa. A possibilidade de encontrar os medicamentos em “quase” 4.000 pontos de venda pelo país aponta para o

⁸ Segundo o Portal da Saúde, o Programa Farmácia Popular do Brasil foi criado pelo Governo Federal, em parceria com Municípios, Estados, Distrito Federal e instituições de ensino e de saúde filantrópicas, com o objetivo de ampliar o acesso de toda população aos medicamentos essenciais de baixo custo, cumprindo uma das principais diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica e beneficiando o maior número de pessoas (Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sctie/farmacia-popular>. Acesso em 09/11/2014).

grande alcance da campanha, mas apaga que esses pontos de venda, apesar de serem muitos, ainda são insuficientes, dada à grande extensão territorial do país.

Nesse ponto, o sujeito é assujeitado ao discurso do Estado, uma vez que concorda com o discurso da contracepção e não oferece resistência, ou seja, ele se submete ao modo como o Estado o individua(-liza), mesmo acreditando ser livre para dizer/fazer, o que quiser.

A SD “Agora você pode planejar melhor a chegada da coisa mais importante da sua vida, o seu filho”, apela para o “bom senso” e produz o efeito de sentido de escolha, de poder de decisão, pois o sujeito “pode” escolher o momento da chegada dos filhos. Além disso, o advérbio de tempo “agora” inscreve o discurso no presente, enfatizando a ideia de que antes (passado) os sujeitos que queriam planejar a família não dispunham de recursos nem de métodos eficazes.

O pronome “você” confere à SD novamente o efeito de proximidade, de familiaridade, mas “planejar melhor” encaminha para discursos de acordo com os quais, a família não está sendo planejada como se deve, e de modo específico, o nascimento dos filhos está acontecendo de forma impensada. Dessa forma, o governo passa para o sujeito a responsabilidade pelos nascimentos indesejados e estrategicamente formula discursos que enfatizam o cumprimento do papel do Estado.

Por fim, na parte inferior da materialidade analisada estão os logotipos dos órgãos que assinam e legitimam o discurso, conferindo-lhe um efeito de sentido de autoridade: o SUS (Sistema Único de saúde), a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e o Ministério da Saúde. Ao lado, está o *slogan* oficial do governo Lula: “Brasil, um país de todos”. Conforme Orlandi (2012, p. 123), esse aposto deriva da Língua de Estado, visto que representa o “pensamento do Estado” e tem forte apelo populista. Ainda conforme a autora há uma série de outros enunciados “edificantes” e moralistas que apontam para a cidadania e estabelecem uma relação parafrástica com o logo, como: “O brasileiro não desiste nunca” e “Orgulho de ser brasileiro”. Esses discursos, por meio do trabalho da ideologia, individua(lizam) o sujeito brasileiro, pois ele se identifica com essa posição-sujeito e se reconhece nessa formação discursiva.

No logo do governo federal o pronome indefinido “todos”, que se repete nos governos de esquerda, silencia o fato de que somos um Estado, uma Nação, com diferenças e especificidades, características próprias de um povo regido pelo

sistema capitalista. Por insinuar-se contra um pré-construído abre espaço para o equívoco, pois esse “todos” é ambíguo e remete ao mesmo tempo a “cada um” (todos nós?) e a “ninguém (todos em aberto?)”, vindo a produzir o efeito de sentido de igualdade social, quando na verdade somos um todo indeterminado.

Assim, o logo constitui “[...] uma nova modalidade de performatividade, um outro apresentar-se da Língua de Vento, essa Língua de ‘Estado’ submetida à ideologia da mundialização” (ORLANDI, 2012, p. 127, grifo da autora). Nesse enunciado, o que se procura lembrar de esquecer ao povo, são as diferenças sociais, isto é, a segregação daqueles que foram deixados à margem. Por funcionar pelo aposto “Brasil, um país de todos” e ter como efeito de sustentação que ‘ser um país de todos’ faz parte do sentido de ‘Brasil’, produz o que Pêcheux (1975) designa de “retorno do saber no pensamento” (ORLANDI, 2008, p.124), esbarrando no pré-construído na memória da esquerda brasileira de que o “Brasil **não** é um país de todos” (ORLANDI, 2012, p. 124, grifo da autora).

Os efeitos de sentido que irrompem dessa materialidade sinalizam para o fato de que o bem-estar da família está condicionado ao planejamento familiar, e o possível não planejamento poderia comprometer a qualidade de vida dessa instituição, em especial da criança, remetendo para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esses estatutos apregoam que é direito da criança permanecer no contexto familiar e que é responsabilidade da família, cuidar, proteger e zelar pelo bem estar dos menores, pois “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, assegurando a convivência familiar e comunitária” (ECA, 1990, art.19). Ao poder público, caberia então, assegurar as condições necessárias para que isso seja possível, e o planejamento familiar constitui uma dessas ações.

O segundo texto-imagem deste grupo, que circulou em 2004, retoma sentidos já dados no anterior, estabelecendo uma relação parafrástica com ele, não somente no que se refere ao verbal como também ao não-verbal, uma vez que o mesmo-enunciado-imagem se repete, provocando o mesmo efeito de sentido de que a maternidade/paternidade deveria ser algo sagrado e sempre desejado/planejado.

É por meio desse processo que se produzem diferentes formulações do mesmo, uma vez que os mesmos dizeres verbais ou não-verbais retornam no fio do discurso e produz a falsa aparência do novo. Isso ocorre, porque no processo de formulação do discurso pelo sujeito, realidade e ilusão se completam, ou seja, há o

real da história atingindo o sujeito por meio da ideologia, registrado por um discurso já dito, já significado, que passa a ser (re)formulado por meio de novos enunciados. Sobre essa questão, Pêcheux (2009, p. 165, grifo do autor) afirma que “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro [...]”. Logo, a paráfrase sustenta o esquecimento número 2, já que o sujeito tem a ilusão de que ele é livre para produzir aquele enunciado e não outro.



Texto-imagem 2

Fonte: Ministério da Saúde - campanha de 2004.

SD 4: Política Nacional de Planejamento Familiar
 É o governo federal ajudando você a exercer o direito de decidir quando
 e quantos filhos quer ter.

A formulação Política Nacional de Planejamento Familiar provoca o efeito de legitimidade e ao mesmo tempo, de plena adesão, pois é como se essas políticas fossem consensuais a toda a nação brasileira. É como se a vontade do governo fosse também a vontade da população, silenciando a possibilidade de o sujeito não se inscrever nessa mesma formação discursiva e assumir a posição-sujeito que o Estado deseja que ele assuma.

Além disso, a SD apresenta uma relação parafrástica com a SD2: “Agora você pode planejar melhor a chegada da coisa mais importante da sua vida, o seu filho” e “É o governo federal ajudando você a exercer o direito de decidir quando e quantos filhos quer ter”, produzindo o mesmo efeito de sentido: “você pode planejar” significa o mesmo que “você pode exercer o direito”. Esse é um dos princípios básicos da AD: o já-dito sustenta o discurso, isto é, “[...] os sentidos são relações: falamos com as palavras, umas se reportam a outras”, pelo funcionamento da memória discursiva (ORLANDI, 2012, p.134).

Entretanto, a paráfrase não é apenas reprodução e está quase sempre ligada aos “enunciados declarativos e afirmativos”, que conforme Orlandi (2012, p. 136), são facilmente ligados ao efeito de pré-construído (da memória discursiva, que sustenta o efeito do já-dito). No caso da SD4, o pré-construído seria: “Você não é capaz de decidir quando e quantos filhos quer ter”, logo, “Você não pode exercer o direito”. Isso ocorre porque a língua e deixa brechas para o equívoco, que é de natureza linguístico-histórica, uma vez que a língua falha ao se inscrever na história.

Designar o sujeito a quem se refere o discurso de “você” confere à SD novamente o efeito de proximidade, de familiaridade e de confiança. Ele é novamente o “amigo” que não interfere no planejamento familiar, mas “ajuda” a “exercer o direito”. Ressoam nessa SD, sentidos sobre as leis que protegem a família no que se refere ao planejamento familiar. Nesse contexto, o Governo Federal aparece como aquele que possibilita certa “organização familiar”, apagando novamente o fato de que muitos cidadãos brasileiros, apesar de amparados por lei, estão à mercê da sociedade (segregados), sem casa, sem educação, sem saúde e

logo, distantes das políticas públicas de planejamento familiar e de um governo assistencialista.

SD 5: Informe-se com o seu médico sobre os contraceptivos disponíveis.

Nessa SD, o uso do imperativo “informe-se” produz o efeito de sentido de ordem. Não resta outra escolha senão tomar conhecimento dos métodos contraceptivos disponíveis na rede de saúde pública ou nas farmácias populares. Contudo, a expressão “seu médico” sinaliza para um serviço personalizado e ressoa a memória de “médico da família”, novamente apagando a precariedade com que funcionam as instituições públicas de saúde. Nesse ponto, ecoam ainda sentidos relacionados aos tratamentos alternativos usados outrora pelas famílias. Esses tratamentos eram feitos à base de plantas medicinais, homeopantias e até mesmo curandeirismos, uma vez que os médicos estavam nas grandes capitais e os sujeitos eram obrigados a submeterem-se aos tratamentos pouco convencionais. No entanto, “agora”, o governo faz questão de enfatizar que a realidade é “outra” e o sujeito supostamente tem acesso à medicina.

SD 6: Ministério da saúde- mais atenção a você.

Esta SD se repete em outras materialidades, o que nos leva a crer que se trata da mesma da mesma campanha, ou seja, que a materialidade circulou na mesma época, sob as mesmas condições de produção que as demais, nesse caso, durante o governo Lula. Escrita com letra pequena e colocada de maneira discreta no canto superior direito do texto-imagem, ela produz o efeito de veracidade, de legitimidade da propaganda, não formulando um discurso de divulgação, mas também de promoção desse órgão do governo. Nela funciona também o pré-construído de que o Ministério da Saúde, inscrito em outra FD (da direita) não dava atenção ao cidadão. Trata-se novamente, da emergência do discurso próprio de esquerda, que dá visibilidade à política do performativo, que coloca em relação de equivalência o *dizer* e o *fazer*. (ORLANDI, 2012, p. 120).

Contudo, partindo do pressuposto de que o sentido sempre pode ser outro, em razão do lugar ocupado pelo sujeito e de sua conseqüente inscrição em dada formação discursiva, outro sentido possível seria o de que o Estado, conhecedor das

necessidades e direitos dos sujeitos-cidadãos, utiliza estratégias de convencimento, individua(liza)ndo o sujeito, convencendo-o a aderir aos programas do governo, ou ainda, que o governo “presta atenção” no sentido de vigiar e controlar, apontando assim, para um governo autoritário e conservador.

O texto-imagem 3 retoma sentidos já dados nos textos-imagem 1 e 2, estabelecendo com eles uma relação parafrástica. O enunciado-imagem se repete, provocando o mesmo efeito de sentido de que a maternidade/paternidade é algo sagrado, divino. Há nesse texto-imagem, a variação do mesmo.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
MAIS ATENÇÃO A VOCE

**TER OU NÃO TER FILHOS?
QUANTOS FILHOS TER? QUANDO TER?**

Política Nacional de Planejamento Familiar.
Anticoncepcionais mais baratos em quase
4.000 pontos de venda da Farmácia Popular.

AQUI TEM
FARMÁCIA
POPULAR

Texto-imagem 3

Fonte: Ministério da Saúde- Campanha de 2004.

SD 7: Ter ou não ter filhos? Quantos filhos ter? Quando ter?

Com relação ao verbal, assim como nos textos-imagem 1 e 2, na SD 7 ressoa o dilema existencial vivido por Hamlet, “Ser ou não Ser, eis a questão”, porém, essa dúvida vai além de “ter” ou não filhos, mas implica delimitar “quando” e “quantos”, sinalizando para o planejamento, para a concepção consciente.

As questões inscrevem o texto-imagem na ordem do não-sabido e interpelam o sujeito a refletir sobre os prós e os contras da concepção. Pelo lugar em que circulam os textos-imagem (postos de saúde e hospitais públicos), ressoa também as possíveis dificuldades de ter um filho, apelando para o aspecto material da maternidade/paternidade, quebrando o clichê de que “quanto mais, melhor”. No caso do planejamento familiar, “quanto menos, melhor”, isso porque filho significa despesa, gastos e preocupações.

SD 8: Política Nacional do Planejamento Familiar. Anticoncepcionais mais baratos em quase 4.000 pontos de venda da farmácia popular.

Neste texto-imagem, a SD 8 retorna e sinaliza para quem se direciona a campanha: os anticoncepcionais são “mais baratos” e podem ser encontrados na farmácia popular e, conforme já assinalamos, apesar do grande alcance da campanha, apagam outros discursos como o de que o Brasil possui lugares de difícil acesso. Além disso, em certos casos é melhor comer ou dar de comer os filhos do que comprar anticoncepcionais, silenciando o aspecto político do planejamento familiar. Também são silenciados discursos outros, relacionados ao fato de que o sujeito-feminino, por razões éticas, morais e/ou religiosas, não deseja usar os métodos anticoncepcionais oferecidos pelo Estado.

Por meio dessa articulação política-simbólica pela qual é responsável, o Estado individua(liza) o sujeito, as instituições e os discursos. O sujeito concorda com o discurso da contracepção e não oferece resistência, mesmo acreditando ser livre para dizer/fazer, o que quiser.

3.2 Gravidez não desejada

Neste grupo estão as propagandas que tratam da gravidez indesejada, seja pelo fato do não planejamento (texto- imagem 6), seja por ocorrer na adolescência

(Textos-imagem 4 e 5), são dirigidas a públicos distintos e circularam em 2006, na véspera do carnaval.

A materialidade 4 interpela tanto os sujeitos-adolescentes quanto os profissionais da saúde a enfrentar com seriedade a gravidez na adolescência, problema que interfere diretamente não apenas na vida desse sujeito, mas da família como um todo. Por meio do discurso autoritário e de autopromoção o Estado coloca-se na posição de administrador e determina como deve ser realizado o atendimento nos departamentos de saúde pública.



**Gravidez
na
Adolescência**

**Encare
essa
Realidade**

Converse sobre sexualidade e anticoncepção nas consultas e atividades de grupo.

Facilite o acesso dos adolescentes aos anticoncepcionais; incentive o uso da camisinha.

Trate com respeito e atenção a adolescente grávida, seu parceiro e sua família.

Um pré-natal de qualidade diminui os riscos para a adolescente e seu bebê.

No Brasil, a cada ano cerca de 700.000 adolescentes têm filhos nos Hospitais do SUS






Texto-imagem 4

Fonte: Ministério da saúde- Campanha de 2006.

Direcionada aos profissionais da saúde, às mulheres e ao público em geral, nessa materialidade, o sujeito que enuncia coloca-se na posição do administrador, que organiza, orienta e determina como o trabalho de pré-natal e de prevenção à gravidez na adolescência deve ser feito, defendendo os interesses ideológicos e políticos do Estado. Segundo Orlandi (2012, p. 141), o Estado (capitalista), ao articular o simbólico com o político, “individua/liza” o sujeito por meio das instituições e dos discursos. Nesse caso trata-se de pensar em um sujeito livre das coerções e responsável – sujeito jurídico – com direitos e deveres diante do Estado e da sua formação social.

A materialidade é composta pelo enunciado-imagem da barriga de um sujeito-feminino em fase gestacional, mas não mostra o rosto a quem pertence o corpo ou a barriga, produzindo o efeito de sentido de não identificação e de que a gravidez indesejada pode acontecer com qualquer sujeito-feminino em idade fértil. Isso ressoa vestígios de discursos inscritos em outros campos do saber, como os daqueles inscritos no campo da medicina, que consideram a gravidez na adolescência um problema de saúde pública.

De fato, a gravidez na adolescência pode acarretar sérias consequências para todos os sujeitos que compõem a instituição familiar, mas principalmente para o sujeito-adolescente, pois costuma desencadear desde crises existenciais e conflitos interiores até complicações de saúde durante a gestação ou no momento do parto.

De acordo com o relatório anual da *Situação da População Mundial* do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil, 12% das adolescentes de 15 a 19 anos tiveram, pelo menos um filho em 2010. Ainda conforme o relatório, a taxa de natalidade de adolescentes no país pode ser considerada alta, dadas as características do contexto de desenvolvimento brasileiro. Ou seja, de acordo com o documento⁹, esse problema de saúde pública está intimamente relacionado às condições sociais e econômicas do país, uma vez que sujeitos “pobres, negros ou indígenas e com menor escolaridade tendem a engravidar mais que outras adolescentes”.

Reverbera no fio do discursivo, um discurso preconceituoso, que aponta para o fato de que os sujeitos pertencentes às camadas menos prestigiadas socialmente

⁹ Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-11-02/gravidez-na-adolescencia-prejudica-futuro-da-mae-e-da-crianca-diz-professor-da-unb>.

correm o risco de engravidar precocemente. Esse sentido deriva da forma como o sujeito fotografado é representado, isto é, usando roupas e acessórios de material simples e coloridos (colar), frequentemente utilizados por sujeitos mais jovens e pertencentes às classes sociais menos abastadas.

Também ressoam no eixo da formulação, discursos da ordem do jurídico, segundo os quais, quando um menor comete algum ato ilícito (roubo, assalto, crime), os meios de comunicação são impedidos, por meio de leis e estatutos, de divulgar os nomes e os rostos desses sujeitos, para evitar a exposição em público e a sua identificação. Por esse viés, a gravidez na adolescência, resultante da sexualidade precoce ou da liberdade sexual, é representada de forma negativa, como um ato ilícito, que causa dano moral ao sujeito-feminino. Esse sentido também deriva da sombra que incide sobre a barriga no enunciado-imagem, que produz o efeito do não desejado e do não planejado, bem como o da vergonha daquilo que não pode ser mostrado.

Contudo, se pensarmos no órgão que produziu esses discursos (Ministério da Saúde) bem como o lugar onde circularam (postos de saúde e hospitais da rede pública), a escolha do enunciado-imagem pode ter sido feita para produzir o efeito de identificação, de pertencimento a dado grupo social. Nesse sentido, Durand (2007, p. 42) afirma que a imagem pode ser compreendida “[...] como fruto de um consenso intersubjetivo, que faz com que certos grupos, ao se depararem com determinadas imagens se identifiquem ou se desidentifiquem com elas”.

Desse modo, de acordo com a perspectiva discursiva, a imagem possui uma eficácia simbólica, que interpela o sujeito a significá-la abrindo espaço para possibilidades de interpretação. Dizendo de outro modo, quando o sujeito, diante de uma imagem, é convocado por um gesto de interpretação a verificar que efeitos de sentido ela produz, tem início uma espécie de “acordo” de olhares, pois uma imagem só tem sentido porque como o discurso, ela constitui um já-visto antes e em outro lugar. É esse consenso em torno da imagem que possibilita entendê-la como o “registro” da relação intersubjetiva e social (DAVALLON, 2007, p. 31).

Com relação ao verbal, na SD 9, o sujeito que enuncia convoca o sujeito-adolescente e os sujeitos da área da saúde a enfrentar a gravidez na adolescência.

SD 9: Gravidez na adolescência: encare essa realidade.
--

O uso do verbo no imperativo “encare” não provoca apenas o efeito de sentido de aconselhamento, de recomendação ou de alerta, mas acima de tudo, de ordem, apontando para a impossibilidade de fugir de algo que está se tornando comum na nossa formação social. Assim, na SD ressoam sentidos relacionados à gravidez na adolescência, que é tida como um problema de ordem pública capaz de comprometer o futuro dos sujeitos-adolescentes assim como dos filhos gerados sem planejamento.

Trata-se, portanto, de uma forma de o Estado administrar, gerenciar a sexualidade desses sujeitos por meio de um discurso autoritário em que a reversibilidade tende a ser zero (ORLANDI, 1996, p. 240), pois não há espaço para a contestação ou para a dúvida. Não caberia outra coisa a ser feita senão a de aceitar a realidade. Essa condição de irreversibilidade, própria do discurso autoritário, anula o questionamento, a contestação e a dúvida, ao mesmo tempo em que produz no sujeito, a ilusão de que pode argumentar ou contestar. Assim, apenas cabe aos sujeitos-adolescentes e profissionais da saúde, como “bons sujeitos”, se assujeitarem ao discurso do Estado e a sua ideologia.

Esse sentido é possível porque nessa SD ecoa o discurso de leis, regras e regulamentos que visam à proteção dos sujeitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesses documentos eles são considerados plenamente incapazes diante da lei e, por isso, não podem responder por seus atos, a menos que já tenham completado 14 (quatorze) anos, quando passam a ser considerados apenas “parcialmente incapazes” e passíveis das sanções previstas em lei.

Exemplo disso é que o ECA ressalta a obrigatoriedade de o sujeito-menor frequentar a escola independentemente das suas condições familiares ou sociais. Desse modo, os casos de gravidez na adolescência poderiam se tornar empecilhos, que dificultariam tanto a ida como a permanência desses sujeitos para/na escola, além do distanciamento do mercado de trabalho e consequente aumento da pobreza. Além disso, a relação sexual com adolescentes, mesmo quando consentida, é considerada pelo documento como “abuso sexual” ou “estupro”.

Ressoam, portanto nessa SD, sentidos relacionados aos problemas que uma gravidez na adolescência poderá causar no âmbito familiar, e que no caso da materialidade em questão, está relacionado a fatores sociais e culturais. Fatores como o aumento da pobreza, a falta de conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, a liberdade sexual precoce e a negligência familiar, podem

acarretar ainda problemas econômicos, já que para o Estado, toda gravidez implica gastos com pré-natal, parto, vacinas, entre outros – e sociais, pois de acordo com o relatório da UNFPA, os sujeitos adolescentes tendem a engravidar novamente.

Outro sentido possível está relacionado ao fato de que os profissionais da saúde não estariam desempenhando suas funções como deveriam, pois a gravidez na adolescência é representada como algo “real”, como aquilo que já está posto e que precisa ser controlado pelo Estado. Como “bons sujeitos” não lhes caberiam alternativa, senão acatar aquilo que é ordenado pelo Estado. Há, portanto, um chamado à adesão ao discurso do Estado, em que a posição-sujeito ocupada pelos profissionais da saúde não permite a liberdade de se contraidentificar com essa FD, tendo em vista que eles devem submeter-se às ordens do Estado e a desempenhar as funções esperadas de acordo com a FD a qual estão inseridos.

Essa SD também é marcada pelo equívoco, pois o verbo “encare” se contrapõe ao corpo sem rosto, que não pode/não deve ou não quer ser visto/mostrado por vergonha ou por medo da real(idade).

SD 10: Converse sobre sexualidade e anticoncepção nas consultas e atividades de grupo.
--

Na SD 10, novamente ecoa o discurso autoritário, o qual não abre espaço para possíveis discussões e questionamentos. O Estado “ordena” que os sujeitos adolescentes se informem sobre as questões relacionadas à sexualidade e à anticoncepção nas consultas e demais atividades desenvolvidas nas unidades básicas de saúde, cujo objetivo é prestar atendimento gratuito a toda população. Porém, a SD em questão dá visibilidade ao fato de que as conversas, sobre sexo e contracepção com os sujeitos a quem a materialidade se refere, não acontecem no âmbito do privado, ou seja, dentro de casa, cabendo ao sujeito adolescente discuti-los no domínio do público, mais especificamente, nas unidades de saúde tuteladas pelo Estado.

Dessa forma, a SD aponta para a falta de diálogo sobre sexualidade no âmbito familiar causada pela vergonha que alguns pais sentem de falar com os filhos sobre um assunto ainda tido como tabu. Isso ocorre, provavelmente por serem frutos de uma educação bastante rígida ou para a falta de confiança dos sujeitos adolescentes em seus pais, devido ao temor da censura ou da desaprovação, pois

apesar dos discursos em prol da liberdade sexual e da igualdade de direitos reprodutivos, ainda hoje, no interior de algumas famílias, a sexualidade é pouco discutida e, por isso, passou a ser de competência do Estado. Trata-se, portanto, de pensar em como o público, por falta de “competência” do privado, acaba assumindo o seu lugar.

Contudo, esse mesmo discurso poderia ser dirigido aos profissionais de saúde: médicos, enfermeiros e assistentes sociais que deveriam, devido à falta de diálogo em casa, informar os sujeitos adolescentes sobre sexualidade e anticoncepção, assumindo de certo modo o lugar da família. Esse sentido é reforçado na SD 11.

SD 11: Facilite o acesso dos adolescentes aos anticoncepcionais; incentive o uso da camisinha.

A SD 11, ainda marcada pelo discurso autoritário, entendido por Orlandi (2010, p. 86) como “[...] aquele em que o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor”, provoca novamente o efeito de sentido de não contestação e de ordem, tendo em vista os verbos “facilite” e “incentive”, também usados no imperativo.

O sujeito-enunciador (Estado), investido de autoridade, interpela os sujeitos (profissionais da saúde) para a necessidade de permitir que os métodos anticoncepcionais e o uso da camisinha sejam mais difundidos, especialmente entre os adolescentes, que por falta de informação ou negligência acabam gerando filhos que não podem criar ou ainda, tornam-se vítimas das doenças sexualmente transmissíveis. Conforme o Estado, aos profissionais da saúde caberia instruir esses sujeitos em relação aos riscos que correm ao iniciar sua vida sexual, fornecendo-lhes os meios necessários para evitá-los.

Ressoam então, no fio do discurso, efeitos de sentido que sinalizam para o fato de que os sujeitos adolescentes, diante de suas condições financeiras, ou por falta de esclarecimentos, ou ainda, por descuidos, não podem/querem usar métodos para prevenir doenças sexualmente transmissíveis ou afastar a possibilidade da gravidez indesejada. Assim, ecoa o discurso de que a instituição familiar é negligente no que se refere à educação sexual dos filhos e transfere para a tutela do Estado aquilo que seria de sua responsabilidade.

Pelo trabalho da memória discursiva, retornam no intradiscurso os sentidos inscritos em uma FD jurídica, uma vez que a Lei nº 9.263 de 1996, em seu art. 9º, assegura que "[...] para o exercício do direito ao Planejamento Familiar, serão oferecidos **todos os métodos de concepção e contracepção** aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, **garantida a liberdade de opção**" (grifos nossos).

Em um país que se diz democrático como o Brasil, esse discurso produz um efeito de sentido de liberdade e de escolha pessoal. Porém, na materialidade em análise, não há, conforme já sublinhamos, qualquer possibilidade de contestação ou de questionamento. Não é dada, ao profissional da saúde, outra escolha senão a de “facilitar” o acesso aos métodos anticoncepcionais e “incentivar” o uso da camisinha, que remete para o imaginário de um país democrático, liberal e preocupado com a saúde da população. Aliás, esses dois verbos apontam para o fato de que os sujeitos adolescentes não têm fácil acesso a eles e tampouco são estimulados suficientemente para utilizá-los.

Cabe lembrar também, que as políticas públicas de planejamento familiar no Brasil, mais especificamente a Lei nº 9.263 de 1996, no capítulo 1º, Art. 2º, se refere a um “[...] conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”. Logo, o planejamento familiar é um direito de todos e também um dever do Estado previsto em lei. Além disso, não implica somente evitar a concepção, mas também favorecê-la, em casos que, por algum motivo, ela não ocorra naturalmente.

SD 12: Trate com respeito e atenção a adolescente grávida, seu parceiro e sua família.

Ao se dirigir aos profissionais da saúde e à sociedade em geral, ordenando que tratem com “atenção” o sujeito adolescente, essa SD aponta para o fato de que na rede pública de saúde e nos demais espaços sociais, nem sempre os sujeitos, em especial, as adolescentes grávidas são bem tratadas. Ecoam aqui, vestígios de discursos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), segundo os quais, os sujeitos não são atendidos com a dignidade e o respeito que deveriam.

Podemos verificar ainda, que nessa SD ressoam, discursos sobre a “nova” estrutura familiar. Não se trata mais de uma família nuclear, estruturada por pai e

mãe – unidos pelos laços do casamento – vivendo em uma mesma casa e transmitindo valores aos filhos. A família retratada na materialidade em questão se refere ao “parceiro” da adolescente grávida e não ao “marido”, apontando novamente para o fato de que a maioria dos sujeitos adolescentes engravida por descuido e que os pais da criança, de modo geral, não possuem um “laço legal”. Dessa forma, a SD encaminha-se para sentidos de que na contemporaneidade as relações afetivas duram o tempo necessário para satisfazer as necessidades emocionais imediatas, e quando deixam de ser agradáveis, são descartadas ou substituídas por outras. Além disso, em muitos casos, a paternidade é contestada pelo parceiro, restando ao sujeito-feminino assumir o(a) filho(a) sozinha.

SD 13: Um pré-natal de qualidade diminui os riscos para a adolescente e para seu bebê.

Nesta SD ecoam sentidos referentes aos cuidados necessários durante a gravidez, como o acompanhamento da mãe e da criança por um profissional da saúde, sinalizando para os riscos a que ambos estão submetidos. Ressoa no eixo da formulação o discurso da medicina, segundo o qual toda a gestante deve consultar mensalmente o seu médico, numa referência ao serviço de pré-natal, ação implantada pelo Governo Federal em parceria com o Ministério da Saúde. Contudo, são apagados sentidos relacionados à falta de acesso, à saúde pública, de que são privados os cidadãos brasileiros.

O uso da expressão “*de qualidade*” aponta mais uma vez para o tipo de atendimento prestado pelo Estado. Não se trata de “qualquer” atendimento, pois ele deve ser de excelência. Sobre essa questão, vale acentuar que em 2006, o Ministério da Saúde, em conjunto com a Secretaria de Atenção em Saúde e o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, lançou e distribuiu em todo território nacional o manual técnico (caderno 5) intitulado “Pré-Natal e Puerpério: Atenção Qualificada e Humanizada,¹⁰” que faz parte da série “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”. Na página 09, esse manual enfatiza que:

A atenção obstétrica e neonatal deve ter como características essenciais a qualidade e a humanização. É dever dos serviços e profissionais de saúde acolher com dignidade a mulher e o recém-

¹⁰ Disponível em : http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf. Acesso em 06/06/2014.

nascido, enfocando-os como sujeitos de direitos. Considerar o outro como sujeito e não como objeto passivo da nossa atenção é a base que sustenta o processo de humanização.

Por “humanização” entende-se a valorização dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de produção de saúde, que inclui não somente os usuários do sistema público, mas também os trabalhadores e gestores; a instituição de vínculos solidários e de participação coletiva no processo de gestão; a identificação das necessidades sociais de saúde; a mudança nos modelos de atenção e gestão; o compromisso com a ambiência e a melhoria das condições de trabalho e de atendimento. Entretanto, o manual ressalta que essas ações dependem da disponibilidade de recursos necessários, da organização de rotinas com procedimentos comprovadamente benéficos de modo a evitar intervenções desnecessárias, e ainda, do estabelecimento de relações baseadas em princípios éticos, vindo a garantir a privacidade e a autonomia, compartilhando com a gestante e sua família as decisões sobre as condutas a serem adotadas (MANUAL TÉCNICO - caderno 5 - 2006, p.9).

Com relação às adolescentes grávidas, o manual menciona os fatores que colaboram para que a gravidez precoce ocorra:

[...] a qualidade das relações afetivas que vivenciaram e, ainda, vivenciam com pessoas significativas na sua vida, pelas transformações corporais, psicológicas e cognitivas trazidas pelo crescimento e desenvolvimento, até os valores, normas culturais e crenças da sociedade na qual estão inseridos. (Manual Técnico, 2006, p. 127)

O documento destaca ainda, os prejuízos decorrentes da gravidez precoce e daquelas que incluem o abandono pelo parceiro ou pela família, a perda de contato com o grupo de iguais, a interrupção de projetos de vida e dos estudos, que colaboram para a continuidade do ciclo de pobreza, além dos riscos para a saúde tanto da mãe quanto da criança. Admite também, que a gravidez na adolescência “revela deficiências na implementação de políticas públicas, exigindo movimento do governo e da sociedade para promover a saúde e o desenvolvimento da juventude” (Manual Técnico- Caderno 5- 2006, p. 128).

Nesse sentido, o documento elenca os instrumentos que se alinham às questões relativas à sexualidade e à reprodução na adolescência, o documento intitulado “Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva” e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O primeiro, elaborado durante a “Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento” realizada no Cairo em 1994, destaca que

[...] os países devem garantir o acesso dos adolescentes aos serviços e informações de que necessitam. Esses serviços devem salvaguardar o direito dos adolescentes à privacidade, confidencialidade, consentimento expresso e respeito às crenças religiosas, bem como direitos, deveres e responsabilidades dos pais.

Nesse ponto, o ECA dispõe que “[...] a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio, harmonioso e em condições dignas de existência” (ECA, 2006, p.129).

Reverberam, portanto, nessa SD, discursos relacionados ao direito à assistência médica e hospitalar do sujeito cidadão brasileiro previsto em lei, e necessário para garantir a integridade da saúde tanto do sujeito adolescente quanto da criança durante a gestação precoce.

SD 14: No Brasil, a cada ano cerca de 700.000 adolescentes tem filhos nos hospitais do SUS.

Localizada na parte inferior da materialidade em questão, a SD 14 reforça o sentido das SDs anteriores, mas, se por um lado aponta para a qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde, por outro, deixa transparecer os verdadeiros motivos que levaram o Estado (Ministério da Saúde) a elaborar o material, uma vez que evitar nascimentos equivale a encurtar despesas e a cortar gastos públicos.

Além disso, evidencia um discurso sensacionalista de autopromoção do Estado, como se ao atender os sujeitos adolescentes grávidas nos hospitais públicos, ele estivesse realizando uma “obra de caridade”, uma “boa ação”, digna de ser “admirada” por todos. Desse modo, o discurso apaga o que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil e demais documentos já citados, que asseguram

o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça de todos os cidadãos.

Nesta sequência discursiva ecoam sentidos relacionados às pesquisas elaboradas por órgãos oficiais, segundo as quais, houve um decréscimo na taxa de fecundidade da população feminina do país, mas contraditoriamente, houve um aumento de 26% dessa taxa entre os adolescentes e jovens até a década de 90. Entre 1993 e 1998 foi observado um aumento de 31% no percentual de partos de meninas entre 10–14 anos atendidas pela rede do SUS, e em 1998, mais de 50 mil adolescentes, na faixa etária de 10-14 anos, foram atendidas em hospitais públicos para curetagem pós-abortamento, de acordo com o manual técnico já mencionado (2006, p. 127). A propaganda é assinada pelo Governo Federal e pela UNICEF, que conferem legitimidade ao discurso, pois estão autorizados a fazê-lo.



Texto imagem 5

Fonte: Ministério da Saúde- Campanha de 2006.

Nessa materialidade circulam discursos voltados ao sujeito feminino sobre a maternidade e sobre a prevenção, sentido esse que deriva do enunciado-imagem do corpo feminino, provavelmente uma adolescente, que traz junto ao corpo uma roupa de bebê e um preservativo masculino.

Neste texto-imagem, o sentido é produzido pelo jogo entre a roupa de bebê da cor amarela sinalizando para a indefinição do sexo do bebê e o preservativo masculino. O enunciado-imagem da roupa infantil, junto ao corpo e perto do coração, encaminha para efeitos de sentido presentes no imaginário coletivo, segundo os quais, todo sujeito-feminino deseja/deve ocupar o lugar de mãe. Esse discurso é proveniente do domínio do religioso, pois até pouco tempo atrás, o sexo tinha como função única a procriação, não sendo permitida a utilização de qualquer método contraceptivo, sob a alegação de que eles constituem o aborto e, portanto, fazer uso deles é um atentar contra a vida.

Já o enunciado-imagem do preservativo masculino inscreve o discurso no domínio da ciência e também da economia, uma vez que aponta tanto para o perigo da gravidez indesejada e para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis quanto para os problemas financeiros que podem decorrer a gravidez indesejada. As unhas vermelhas e o corpo ainda em definição, mas já gerando um filho, também apontam para o jogo entre sedução e inocência. Há, portanto, um jogo entre “ou isso ou aquilo”, ou seja, entre causa e consequência, como a roupa de bebê X preservativo masculino e as unhas vermelhas X corpo ainda em formação, mas já gerando um filho, que metaforizam não apenas o par ter X não ter filhos, mas especialmente, a liberdade X falta de liberdade e felicidade X infelicidade.

A proximidade da roupa infantil do corpo do sujeito-feminino e o distanciamento do preservativo masculino também apontam para a oposição. É como se ela dissesse: - Do filho cuidado eu, e do preservativo você cuida!, que além de chamar a atenção dos sujeitos-alvo da campanha, incentivando pela razão o uso do preservativo, deixa entrever um discurso feminista, de acordo com o qual, o único responsável pelo uso de um método contraceptivo não é mais o sujeito-feminino.

Essa relação de oposição (causa e consequência) também está presente na SD 15, que pelo funcionamento da memória, ressoa a discussão comum entre os sujeitos sexualmente ativos, que apesar de conhecer os perigos, têm dúvidas sobre

usar ou não o preservativo masculino nas relações sexuais, sob a alegação de que ele pode inibir o prazer sexual.

SD 15: Qual das duas camisinhas você prefere?

O enunciado da SD 15 provoca o efeito de sentido de que há possibilidade de escolha: É melhor ter menos prazer ou ter um filho? Trata-se de um discurso aparentemente polêmico, em que a reversibilidade se dá sob certas condições, isto é, nesse caso, produz-se a ilusão de que o sujeito-adolescente pode optar. Cabe ressaltar, porém, que as duas possibilidades estão em mãos femininas, reafirmando o discurso da (i)responsabilidade ao sujeito feminino. No entanto, essa aparente reversibilidade é quebrada pela SD 16:

SD 16: Não fique em dúvida. Previna-se da gravidez indesejada e das DST's.
O governo disponibiliza preservativos em todos os Postos de Saúde.

Nessa SD, os verbos no imperativo “não fique” e “previna-se” produzem um efeito de ordem. Logo, há uma quebra, pois na SD anterior, era possível escolher e agora, o Estado “ordena” e individualiza o sujeito pelo discurso. Não resta outra opção senão a de usar o preservativo masculino, que não somente previne a gravidez indesejada como as DST's. O efeito de dúvida produzido pela oposição entre ter filhos X ter prazer, metaforizado pela roupa de bebê X preservativo masculino é desfeita e ao sujeito adolescente não cabe nenhuma escolha.

A ordem é prevenir-se da gravidez indesejada e evitar nascimentos, pelo discurso do Ministério da Saúde, equivale a ser racional, agir com prudência e não de forma instintiva. O discurso autoritário determina a vida do sujeito, bem como o que seria uma decisão de ordem privada, individual, passa a ser da ordem do público. Além disso, a SD “O governo disponibiliza preservativos em todos os Postos de Saúde”, encaminha novamente para a eficiência do órgão público e produz o efeito de abrangência, pois “*todos*” reverbera o discurso da totalidade e de facilidade de acesso aos postos de saúde, apagando outros discursos de que eles não são suficientes para atender toda a população e de que, na maioria das vezes, funcionam em condições precárias.

Ecoam também nessa SD, os discursos sobre a instabilidade das relações amorosas entre os sujeitos-adolescentes, que acabam tornando-os suscetíveis a doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, a gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis estão colocadas em condição de igualdade, pois de acordo com a SD, uma é tão indesejada quanto a outra. O discurso que irrompe dessa comparação, busca a adesão do sujeito para o uso do preservativo masculino, pois segundo o ditado popular “Prevenir é melhor que remediar”.

Há ainda, nesta materialidade, os discursos relacionados à emancipação feminina que contribuíram não apenas para dissociar a sexualidade da procriação, mas que também influenciaram a sexualidade precoce entre os sujeitos adolescentes, aumentando os casos de gravidez indesejada e também. Mais uma vez, há dizeres acerca da negligência familiar, da instabilidade dos relacionamentos e dos problemas acarretados por uma gravidez na adolescência.



Texto-imagem 6

Fonte: Ministério da Saúde- Campanha de 2008.

O texto-imagem 6 circulou em 2008, e nele ressoam sentidos relacionados aos possíveis problemas decorrentes de uma gravidez não planejada, sentido esse que deriva da expressão séria e grave dos sujeitos masculino e feminino ao ler o suposto resultado de um exame de gravidez. No entanto, pelo modo como o sujeito-masculino foi discursivizado, ecoa também discursos do domínio do masculino, segundo os quais, o sujeito-feminino é o único responsável pela contracepção. Esse discurso machista é reforçado pela SD 17:

SD 17: Antes de engravidar. Pense quantos filhos você pode criar bem.

Essa SD interpela os sujeitos a planejar “quando” e “quantos” filhos ter, mas nele ressoa, conforme já assinalamos, o discurso machista, pelo qual, a contracepção seria responsabilidade única da mulher. Esse sentido ecoa pela memória, pois no período colonial, a igreja sustentou a ideologia de uma sociedade portuguesa e cristã, que incentivava a servidão do sujeito-feminino ao marido e a aceitação de quantos filhos Deus e a natureza lhe concedesse. Nessa época, a igreja teve como grande aliada a medicina, ainda que com finalidades diferentes. Contudo, era por meio desses domínios que a intimidade da mulher era regulada e por vezes, até mesmo bisbilhotada, já que essas duas instituições intervinham na vida privada, normatizando e controlando-a.

Nesta SD também predomina o discurso autoritário, mas ela não produz apenas o efeito de sentido de ordem, já que também não há reversibilidade, isto é, o Estado “sabe” o que é “bom” para o sujeito, mas produz também o efeito de ameaça, pois “conhece” suas condições financeiras e, por isso, não pode/deve ser contestado.

Então, o que significa “criar bem um filho” para o Estado? Seria torná-lo um sujeito produtivo, instruído, dócil e subordinado aos seus ditames? Por meio da Língua de Vento, o Estado “age à distância sobre as massas” (ORLANDI, 2012, p. 122) e individualiza(-liza) o sujeito. O Estado, sustentado na política do performativo, em que o *fazer* corresponde ao *dizer*, ou seja, em que discursos substituem as práticas, o Estado está “no direito” de dizer o que diz.

SD 18: Se cuide. Filho não é brincadeira.

Essa sequência discursiva é o *slogan* da campanha e reforça os efeitos de ameaça e de coerção da SD anterior, porém agora, há também um aconselhamento. Pela memória discursiva ecoam sentidos relacionados aos à prevenção da gravidez na adolescência e “brincadeira” ao mesmo tempo em que ecoa o universo infantil, sinalizando para as formas de diversão do sujeito criança, apontando para a imaturidade do sujeito, para o sexo inconsequente e para os problemas que a gravidez indesejada pode provocar.

Além disso, nessa SD ressoa a “voz” da opinião pública e do consenso por meio da frase feita, do clichê, que provoca o efeito de estabilidade. Dessa forma, tanto pela estrutura (forma da asserção) como pelo acontecimento (opinião), se apresenta como afirmação categórica, configurando o espaço da repetição, da ordem do logicamente estabilizado. Para Orlandi (2004, p.44). “[...] o provável, fora das verdades científicas”, que repousam sobre o consenso geral ou, pelo menos representativo. “Separação que marca de um lado os esclarecidos e, de outro, a opinião da maioria, mesmo que esta seja admitida por razões sociais [...].”

SD 19: Passe no Serviço de Saúde e conheça os diversos métodos contraceptivos gratuitos. E use sempre a camisinha.

Nessa SD, os verbos conjugados no imperativo provocam o efeito de sentido de ordem e não permitem escolhas por parte do sujeito. Não se trata de “querer”, mas de ser “obrigado” a conhecer e a usar métodos anticoncepcionais. O serviço de saúde do Estado estaria sempre pronto a orientar esses sujeitos que, segundo ele, não usa os métodos contraceptivos, porque não os “conhece”. No entanto, a SD “Use sempre a camisinha”, contraditoriamente ecoa discursos do campo da medicina, de acordo com os quais, esse seria o método mais eficaz para prevenir as doenças sexualmente transmissíveis e evitar uma gravidez não planejada. Salientamos que a expressão “*diversos métodos anticoncepcionais*” irrompe no fio do discurso somente nesse texto-imagem, escapando da regularidade das demais, que sinalizavam como método eficiente e seguro apenas o preservativo masculino.

SD 20: (WWW.Saude.gov.br)

(DISQUE SAÚDE: 0800 61 1997)

Também neste texto-imagem, irrompem discursos nos quais circulam o endereço eletrônico do órgão responsável pelo discurso: (WWW.Saude.gov.br) e o número do telefone (DISQUE SAÚDE: 0800 61 1997), que produzem o efeito de sentido de eficácia, eficiência e modernidade, pois esse órgão “cerca” o sujeito de cuidados, mas apaga mais uma vez, o real da cidade marcado pela falta, pela falha.

Apesar dos discursos sobre a inclusão digital, há ainda uma grande quantidade de segregados, nos termos de Orlandi (2012), que continua à margem da tecnologia, pois a maioria dos lares de classe baixa, que depende do sistema de saúde do Estado, não tem acesso à internet, e às vezes, nem ao menos ao telefone.

Outro sentido possível é o de que os adolescentes e jovens atualmente procuram cada vez mais por informações no ambiente virtual a fim de tirar suas dúvidas em relação à saúde reprodutiva e sexual. Logo, o “lugar” de pai/mãe e o dever de orientar sexualmente são transferidos para o Estado, que assume a responsabilidade pela educação sexual do sujeito-adolescente, produzindo nele, o efeito de proteção e de respeito por sua individualidade.

Considerações finais

O planejamento familiar é fator primordial para o bem-estar do sujeito, à medida que o exercício da sexualidade de forma responsável é imprescindível para uma melhor qualidade de vida. Modernamente, o Estado também passou a gerir essa questão, buscando desenvolver mecanismos por meio da propaganda, a fim de alertar a população em relação aos benefícios da prevenção da gravidez indesejada, da redução do tamanho das famílias, dos intervalos maiores entre as gestações e das várias formas de contracepção artificial.

Partindo disso, o nosso objetivo neste trabalho foi verificar como o planejamento familiar foi discursivizado nas campanhas promovidas pelo Governo Federal no início do século XXI, em propagandas governamentais tuteladas pelo Ministério da Saúde. Para isso, elegemos como *corpus* seis textos-imagem, que circularam entre os anos de 2004 e 2008, dos quais irrompem discursos que buscam ora alertar sobre a necessidade de planejar quantos e quando ter filhos, ora funcionam como ameaça, de modo a convocar o sujeito-adolescente, os profissionais da saúde e os casais, e mais especificamente, o sujeito-feminino sobre os prejuízos de uma gravidez indesejada.

Por esse viés, pretendíamos investigar como o público invade o domínio do privado, isto é, como o Estado interfere na vida dos sujeitos, procurando verificar as relações de força que se estabelecem entre a *casa* e a *rua* – elementos organizadores das relações sócio-históricas no espaço urbano – e delimitadores do modo de existência desses sujeitos.

Como ocorre com qualquer outro país, o Brasil pode ser “lido” pela perspectiva da *casa*, pois é no âmbito do *privado* que dadas práticas são mantidas e outras esquecidas. Já na *rua*, o sujeito é submetido aos rigores das leis, que iguala e exige dele, por vezes que assuma determinadas posições-sujeito, inscrevendo-o em formações discursivas com as quais ele nem sempre se identifica.

É nesse espaço imaginário que sentidos são atualizados, modificados ou esquecidos, pois os sujeitos se “moldam” conforme o que ouvem, leem e veem, de modo que sujeito-discurso-espaço se conjugam e se completam na linearidade discursiva, pois ao mesmo tempo em que o sujeito está situado em um espaço ou ocupa uma posição social de onde enuncia, o espaço produz nele seus efeitos. Isso ocorre, porque do ponto de vista discursivo, a cidade possui um corpo significativo,

que está atado ao corpo dos sujeitos que a compõe, e ao mesmo tempo em que é atravessada pelo sujeito e por suas formas de significar-se/significá-la, constroem-se efeitos de realidade, a partir dos quais a cidade, o sujeito e o social se falam ou se significam.

Tomar o espaço urbano como o lugar onde discursos se materializam implica pensar em como ele é dividido/organizado por/pelos sujeitos que o habitam, pois conforme Orlandi (2004), a relação sujeito/espaço determina a forma de vida urbana, uma vez que o sujeito e a cidade estão inevitavelmente imbricados, constituindo e dando corporeidade um ao outro. Além disso, a cidade, que não raro se confunde com o urbano, possui uma “ordem” que engloba seus movimentos, sua forma histórica, seu “real”, e uma “organização” correspondente ao imaginário que os sujeitos que nela habitam e especialistas do espaço como urbanistas e administradores, têm sobre ela (ORLANDI, 2012).

Por essa perspectiva, a família também passou a ser o objeto de atenção dos órgãos governamentais, dos urbanistas e dos estudiosos que pensam a cidade e as instituições a partir do lugar em que o sujeito vive. Assim, ela não é compreendida apenas como uma delimitação geográfica, uma vez que nesse espaço são construídas relações intra- e extrafamiliares, e se desenvolve a luta pela melhoria das condições de vida, direitos são conquistados e deveres são exercidos, de modo que cidade e sujeito vão se moldando/emoldurando um ao outro no cotidiano urbano.

Para dar conta dos nossos objetivos, e respaldando-nos na teoria do discurso, compreendemos a família como instituição política, que habita o espaço urbano marcado pela tensão entre *casa* e *rua* e, logo, pela relação entre *público* e *privado*. Esses espaços são contraditórios, mas também complementares, tendo em vista que o Estado com suas leis, regras e normas, organiza o espaço urbano, e ao mesmo tempo, tolhe e desorganiza os sistemas de valores (ideologia) da família, que por sua vez, precisa dele para protegê-la e cercá-la do aparato jurídico necessário para manter a ordem e organização. Isto é, o Estado individua(liza) o sujeito/família por meio das instituições (Ministério da Saúde, SUS, entre outros) e de discursos como o da propaganda, marcada pela fluidez e efemeridade, já que é passageira como o vento.

As propagandas governamentais selecionadas para este estudo e, por nós designadas de texto-imagem, foram compreendidas como o lugar onde os discursos

sobre o planejamento familiar se materializam, ou seja, como o lugar em que estrutura e acontecimento se entrelaçam. Por ser estrutura, o discurso é uma materialidade linguística que possibilita esse encontro entre memória e atualidade, o que redundaria dizer, que o acontecimento discursivo só é possível porque há uma memória que o sustenta, abrindo a possibilidade para que outros discursos sejam formulados.

Essas materialidades circularam em todo o território nacional sob a forma material de propagandas governamentais em variados lugares, mas em especial, nos postos de saúde e hospitais da rede pública, sob a tutela do Ministério da Saúde, órgão do Estado, cujo objetivo é, segundo o discurso do próprio órgão, “desenvolver políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos cidadãos brasileiros”. Constituídas pelo verbal e não-verbal, que se entrelaçam para produzir sentidos, nelas irrompem discursos que são atualizados pelo funcionamento do interdiscurso/memória discursiva, que legitima os já-ditos/já-vistos antes em outro lugar, que retornam no fio do discurso, atestando o trabalho da ideologia na língua.

Nos textos-imagem selecionados, o não-verbal mantém com a memória discursiva a mesma relação de um discurso verbalmente materializado, ou seja, assim como os dizeres são atravessados por outros que os antecederam ou que ainda serão produzidos, também as imagens só fazem sentido porque estão inscritas na história. É, portanto, pelo funcionamento da memória discursiva que o sujeito ressignifica o já-dito/já-visto.

Nos textos-imagem selecionados, o verbal e o não-verbal funcionam como dispositivo essencial do Estado moderno, e como lugar privilegiado para observar o processo de produção dos sentidos. Embora não fosse nosso interesse classificar os discursos – até porque não existe um discurso puro – nos textos-imagem selecionados, atestamos a predominância do discurso autoritário, pois o Governo/Ministério da Saúde apaga sua relação com o interlocutor (sujeito/família), determinando com veemência o que ele deve/não deve fazer para evitar a gravidez indesejada ou para “planejar” quantos e quando ter filhos. Por meio desse discurso, o público (Estado) invade o privado (casa), pois impõe métodos anticonceptivos e determina que o sujeito evite nascimentos a qualquer custo. Dessa forma, percebemos que há nos textos-imagem analisados, uma tensão contraditória entre democracia (respeito à decisão do sujeito) e autoritarismo (uso do imperativo).

Deles irrompe também, o discurso assistencialista que coloca o Estado na posição do benfeitor, daquele que ocupa o lugar que lhe é determinado pela formação social, que seria proteger e prover o sujeito dos direitos e recursos necessários para uma boa qualidade de vida, incluindo a educação, a saúde e a segurança. Nas materialidades analisadas, o planejamento familiar é discursivizado como uma política pública de saúde cuja base são os direitos reprodutivos do sujeito-feminino, apagando o discurso bíblico do “Crescei e Multiplicai-vos”.

Nesse sentido, a família sofre essas coerções, submetendo-se às práticas exigidas pelo órgão-gestor, em detrimento dos anseios e interesses particulares. Dito de outro modo, a família – instituição privada – sofre a regulação e a interferência do Estado, que busca controlar o espaço urbano. Podemos dizer então, que o eixo do público (rua) atravessa o eixo do privado (casa), produzindo o consenso, que sustenta as políticas públicas nas sociedades contemporâneas ditas democráticas. Como consequência, a instituição familiar atravessada por discursos que vêm de outro lugar como do domínio do religioso, da ciência e da economia passa a ser vigiada e controlada pelo Estado e pelos discursos que dele irrompem.

Contudo, esses discursos são frequentemente direcionados ao sujeito-feminino, tanto que ainda são comuns aqueles que o interpelam a “se cuidar” para não engravidar, e para educar, proteger e garantir a integridade física dos demais sujeitos que compõem a família, pois a esse sujeito cabe o domínio do privado, enquanto ao sujeito-masculino, que trabalha no espaço do público, cabe prover o lar de bens materiais, assegurando o seu “bom” funcionamento.

Com o objetivo de “ajudar” os sujeitos na decisão sobre o número de filhos, o espaçamento entre os nascimentos, bem como as formas de controle, os discursos que irrompem dos textos-imagem dissimulam discursos machistas, segundo os quais, cabe ao sujeito-feminino evitar a concepção e planejar a família. Além disso, sob o discurso do planejamento familiar, emergem discursos provenientes de uma política controladora, na qual o sujeito feminino ocupa mais o lugar de objeto do que de sujeito da sua história sexual e reprodutiva. Apaga-se também, a realidade dos brasileiros, marcada por um sistema de saúde público precário e ineficiente, devido à falta de profissionais (que precisam vir de outros países) e de equipamentos e instalações insuficientes e/ou inadequadas.

Desse modo, num país de dimensões continentais, na maioria das vezes, as políticas públicas não chegam onde deveriam chegar e, com isso, o Brasil fica longe

de ser “um país de todos”. É nítida a predominância de uma medicina que atende à lógica neoliberal, fazendo com que a população tenha como referência o sistema privado de saúde. Para o sistema público são destinados recursos limitados e a assistência assume caráter filantrópico, negando a saúde como direito de todo cidadão. No que se refere especificamente aos métodos anticoncepcionais, a distribuição é limitada e a provisão é irregular.

Pela Língua de Estado, definida discursivamente como “uma série de estratégias de discurso obstinadas (sic) em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes” e, mais especificamente, pela Língua Vento, o Estado age sobre as “massas”, simulando o real, individua(liza)ndo o sujeito por meio das instituições e de discursos. Essa língua efêmera, fugidia da propaganda, é sustentada na política do performativo, segundo a qual, o dizer equivale ao fazer. Ou seja, a propaganda política substitui a prática política e continuam faltando hospitais, escolas e segurança...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre; et al. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, [1999], 2007.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). 8. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARIÈS Philippe; CHARTIER Roger. **História da vida privada da renascença ao século das luzes**. V3. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, (1986).

_____. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1981.

Bíblia Sagrada. Reed. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ave Maria, 1980. v. 12.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**: uma prioridade do governo/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. **Pré-natal e Puerpério**: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 163 p. color. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Caderno nº 5).

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2006.

COSTA A. M. **PAISM: Uma política de assistência integral à saúde da mulher a ser resgatada**. São Paulo: Comissão de Cidadania e Reprodução, 1995.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzato, 1999.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVALLON, J.A. Imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 2007.

DEL PRIORE, Mary. **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DINIZ, Débora. Aborto e contracepção: três gerações de mulheres. In: PINSKY, C.B. **Nova história das mulheres**. Org. Carla Bazanezzi Pinsky e Joana Maria Pedro. São Paulo: Contexto, 2012. p. 313-332.

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: DURHAM, E.R. et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 15-43.

FERNANDES, Célia Bassuma. **Processos de Constituição dos sujeitos no interior da família moderna**. In: Revista Eletrônica INTERFACES. Vol. 3, nº 2, 2012, p. 66 – 74.

_____. **Entre o Mesmo e o Diferente: Trajetos Dos Discursos Proverbiais No Discurso Publicitário**. 2010. 199 f. Tese de Doutorado e estudos da linguagem- Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Londrina.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.) **Glossário de termos de discurso: Análise do Discurso**. Porto Alegre/RS: Instituto de Letras – UFRGS, 2001,

_____. Introdução – o quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Trad. Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In MITTMANN, Solange, GRIGOLETTO, Evandra, CAZARIN, Ercília. **Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

LAGAZZI, S. Recorte Significante na memória. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (orgs.). **O Discurso na Contemporaneidade: Materialidades e Fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 10. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Brasil, um país de todos:** propaganda e língua de estado. Pouso Alegre: Atlas do ENELIN, 2008.

_____. **Cidade dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004 a.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2004b.

_____. **Cidade atravessada:** os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Unicamp, 2001b.

_____. **A linguagem e seu funcionamento:** as Formas do Discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Efeitos do verbal sobre o não verbal.** Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade). Nº1. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 3 ed. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

_____. Papel da memória. *In:* ACHARD. **Papel da Memória.** Tradução de José horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007 [1999]. p. 49-58.

_____. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. *In:* GADET, F; HAK, T.(orgs.). Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1993.

PROST, Antoine; VINCENT, Gerard. **História da vida privada:** da primeira guerra aos nossos dias. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 634 p.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SCOTT, Ana Silvia. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. *In:* PINSKY, C. B. PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012. p.15- 42.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imagário urbano:** espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2009.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada do percurso. Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.